ARQUITETO

IAB-SP protesta contra critérios de licitação

A limitação da participação de profissionais autônomos e pequenos escritórios na licitação para o projeto de Franco da Rocha provocou protestos do IAB, que, em carta ao Secretário de Obras Públicas e do Meio Ambiente de São Paulo, pede a sustação da referida concorrência. Página 3.

Arquitetura no Museu da Imagem e do Som

Rudá de Andrade, presidente do MIS de São Paulo, dá uma excelente abertura nas atividades do museu: está programada para novembro uma exposição de arquitetura, incluindo mostra de cinema, fotografias, audiovisuais e outras formas de documentação de arquitetura. Página 9.

Profitópolis: a crise urbana e política

"Como arquitetos encaramos com uma tristeza profissional a situação em que se encontram nossas cidades, mas podemos apresentar o otimismo de quem sabe que existem soluções no plano da técnica e da cultura", palavras de Eurico Prado Lopes na exposição "Profitópolis", em São Paulo. Uma mostra que está percorrendo o Brasil e contribuindo para a ampliação dos debates sobre o caos urbano. Páginas 10 e 12.

Sindicatos analisam sua atuação

Na posse da nova diretoria do Sindicato dos Arquitetos do Rio de Janeiro foi feita uma ampla análise sobre a situação do mercado de trabalho (Página 4).
O Sindicato de São Paulo divulga um estudo sobre a organização sindical dos profissionais liberais (Página 6) e faz um balanço, com o IAB, dos cursos oferecidos a seus associados (Página 8).

Não deixe a iluminação limitar a criatividade de seus projetos

Pode ser que um dia você tenha que cobrir uma grande área, deixando ao mesmo tempo uma iluminação natural.

Pois é para isso que existem os **domos acrílicos Colorplast:** para possibilitar a iluminação vertical dos interiores, proporcionando melhor aproveitamento da luz do dia, uniformidade na distribuição e redução ao mínimo da formação de sombras e reflexos. Com Colorplast você também resolve problemas de iluminação onde é impraticável a colocação de janelas. Sem limitar a criatividade de seu projeto.

Em acrílico, os domos Colorplast possuem grande resistência ao impacto, são ótimos isolantes térmicos, leves e perfeitos difusores de luz, permitindo também aeração com a renovação permanente do ar ambiente.

Os domos Colorplast podem ser brancos ou em cores, retangulares, quadrados ou redondos. São fornecidos prontos para ser fixados, sem necessidade de mão-de-obra especializada.

Portanto, quando você tiver um projeto que exija tudo isso, solicite a visita de um de nossos técnicos em iluminação zenital e aeração.
Colorplast sempre tem a solução adequada.

colorplast

COLORPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.

Rua dos Americanos, 144 - Barra Funda - São Paulo - SP - C. Postal 5298 - Tels.: 67-2554 e 67-7619

IAB-SP toma posição no caso do Projeto de Franco da Rocha

A defesa do mercado de trabalho para os profissionais arquitetos — em todas as formas legais que cristalizam a oferta de trabalho — tem sido uma luta constante do IAB-SP. Essa posição implica reivindicar, ao nível das obras públicas, normas que permitam ampla participação do profissional no mercado de trabalho. A licitação aberta pela Secretaria de Obras Públicas e do Meio Ambiente para os núcleos de terapia em Franco da Rocha restringindo a participação de autônomos teve resposta imediata da entidade: O IAB-SP remeteu o seguinte documento àquele órgão do poder público:

"O Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo, vem através da presente manifestar sua surpresa quanto às Normas Específicas do Edital de Licitação para a elaboração do Plano Diretor e Projeto Básico de Urbanização de cinqüenta e três núcleos sócio-terápicos na área de 900 ha do imóvel Fazenda São Roque, no município de Franco da Rocha, sob a responsabilidade da Secretaria da Promoção Social do Estado.
Analisando o referido edital, constatamos que:

1. Fica vedada a participação de profissionais autônomos, de pequenos e médios escritórios de projeto, de sociedades civis e de outras formas de agrupamento de profissionais de projeto tradicionalmente utilizadas em São Paulo e que compõem, praticamente, a quase totalidade da oferta existente.

2. Que a exigência de capital é por si só inconveniente, desnecessária à prestação de serviço para a natureza de projetos, uma vez que restringe o elenco de profissionais ao restrito número daqueles que se organizam em firmas do porte pretendido, sem que seja necessário a um projeto desse tipo, diminuindo, conseqüentemente, o número de propostas que venham a ser apresentadas, com conseqüente redução das possibilidades de escolha pelo poder público do melhor projeto.

3. Que o objeto da referida concorrência não está nitidamente definido, mencionando o edital as expressões 'Plano Diretor', mas também 'planta do anteprojeto que poderá servir de orientação para o objeto da presente licitação', bem como 'Projeto Básico'.

4. Que o regime de contratação por preço global, mencionado no referido edital, não atende ao estabelecido no Decreto-Lei 200, por não apresentar definição precisa do seu objeto, incluindo mesmo critérios incompreensíveis, tal como é o de 'instalações e equipamentos disponíveis da firma'.

5. Que a 'licitação' em tela não se enquadra nas modalidades estabelecidas no art. 127 do mencionado Dec.-Lei 200, sendo, portanto, uma inovação indesejável e restritiva.

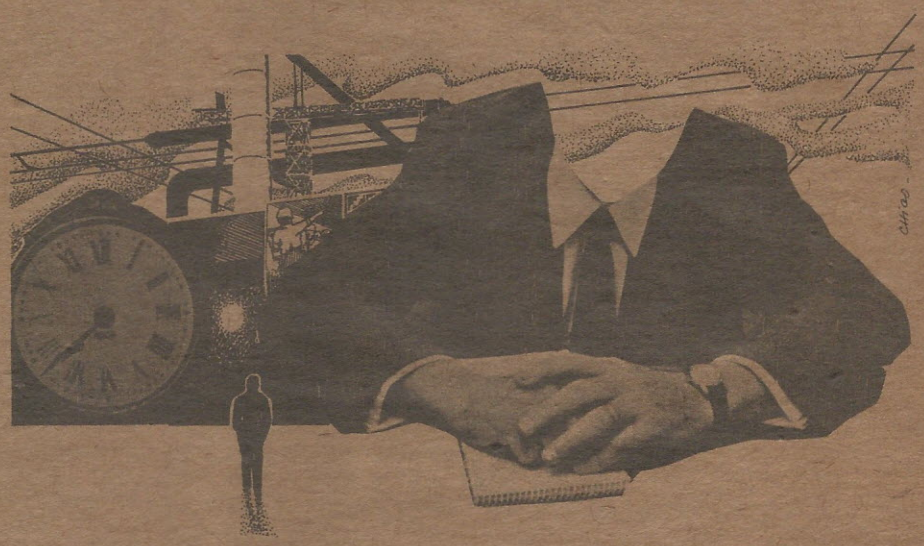
6. Que o artigo 83 da Lei 5.194 proíbe a concorrência de preços e determina a realização do concurso.

7. Que a exigência de capital mínimo representa uma coação a profissionais que, amparados pela legislação vigente, adotam outras formas de organização e são geralmente aptos, privilegiando nitidamente um reduzido número de empresas.

8. Que o artigo 150 da Constituição, em seu parágrafo 23, estabelece a liberdade de exercício das profissões, 'observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer'.

9. Que a inexistência de preço básico declarado contraria o estabelecido no artigo 755 do Decreto 15.783 de 8/11/1922.

Pelas razões acima expostas, solicitamos as dignas providências de V. Excia. (secretário de Obras Francisco Henrique Fernando de Barros), no sentido de ser sustada a realização da concorrência em questão, abrindo-se em seu lugar um concurso público de projetos, acessível a todos os profissionais legalmente habilitados, eliminando-se as restrições referentes a capital financeiro, instalações e equipamentos que impedem a participação da maioria dos profissionais de projeto.
Preocupa-nos o estabelecimento de normas de procedimento, já seguida em caso anterior, que representa séria restrição ao exercício das profissões ligadas às atividades de projeto", finaliza o documento, assinado pelo presidente do IAB-SP, arquiteto Eurico Prado Lopes, e pelo secretário geral, arquiteto José Magalhães Júnior.



ARQUITETO

Ano III n.º 28
Setembro 1975
Tiragem: 12.000 exemplares

ARQUITETO publicação do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo e Schema Editora Ltda.

Editado por **SCHEMA EDITORA LTDA.** Redação, Publicidade e Administração: rua Frei Caneca 322 - térreo telefone: 257-7049, CEP 01307 — São Paulo. Distribuição nacional dirigida a arquitetos, órgãos do governo e construtoras. Circulação nacional.
Assinatura (12 números), Cr$ 100,00.
Número atrasado, Cr$ 10,00.

SASP
Presidente: Geraldo Vespasiano Puntoni; **Vice-Presidente:** Paulo Lúcio de Brito; **Diretor-Secretário:** Teru Tamaki; **1.º Tesoureiro:** Ricardo Chahin; **2.º Tesoureiro:** Sérgio Teperman; **Diretores Suplentes:** Helène Afanasieff, Nelson Andrade, José Expedicto Prata, Ana Maria de Biase Gonçalves Dente, Luiz Gonzaga de Oliveira Camargo e Paulo Sérgio de Souza e Silva. **Conselho Fiscal:** William Munford, Rodney Guaraldo e Antonio Melchior — Efetivos; João Clodomiro Browne de Abreu, Maria Cecília Closs Scharlach e Paulo Celso Dornelles del Picchia — Suplentes.

IAB-SP
Presidente: Eurico Prado Lopes; **Vice-Presidentes:** Benno Michael Perelmutter, Ruy Gama, Eduardo Corona; **Secretário Geral:** José Magalhães Junior; **Secretário:** Walter Renan Abreu Maffei, Maria Cecília Closs Scharlach; **Tesoureiros:** Nedir Falqueiro, Tito Lívio Frascino; **Diretores:** Haron Cohen, José Cláudio Gomes, Fábio Goldman, Rita Olmo Aprigliano, Rogério Antônio Dorsa Garcia, Alessandro Ventura; **Conselho Fiscal:** Geraldo Vespasiano Puntoni, Leon Dikstejn, Vasco de Mello; **Representantes do Conselho Superior:** João Batista Vilanova Artigas, Paulo Archias Mendes da Rocha, Sérgio Zaratin, Israel Sancovsky, William Munford, Fuad Jorge Cury (titulares), Jorge Wilheim, Maurício Kogan, Francisco Petrarco; **Grupo Executivo de Divulgação do IAB:** Tito Lívio Frascino (coordenador).

ARQUITETO
Editor: Vicente Wissenbach; **Diretor responsável:** Fábio Penteado; **Diretor de Redação:** Arlindo Mungioli; **Publicidade:** Luiz Carlos Onaga, Eros Lelot Filho, Ana Maria Modestia (assistente); **Diretor Adjunto:** arq. Sérgio Teperman; **Coordenadores:** Helène Afanasieff, Maria Helena Flynn; **Editoria:** Vivaldo Tsukumo (editor gráfico), José Roberto da Silva (editor assistente/redação), Paulo Caruso (ilustrações), Irene Fumie Kimura (assistente de produção), Heitor Ferreira da Costa; **Colaboradores:** Arquitetos César Bergstron Lourenço, Cristiano Marcaro, Teru Tamaki, Stenio José Ferreira (Rio), Ephim Shluger (EUA); **Fotografia:** Fotógrafos Associados; **Fotolitos:** Artes Gráficas Polychrom; **Composição e Impressão:** Companhia Lithographica Ypiranga; **Produção:** Schema Editora Ltda.

Sindicato da GB: nova diretoria toma posse

Criar as bases internas e lançar programas em defesa dos interesses profissionais dos arquitetos cariocas, ancorar a luta profissional a partir de uma sede própria, fiscalizar o trabalho profissional, atuar no âmbito do mercado de trabalho e assumir posições em defesa do meio ambiente e da cidade do Rio de Janeiro: eis, resumidamente, pontos salientes da atuação dos recentes três primeiros anos de vida do Sindicato dos Arquitetos no Rio de Janeiro, segundo o arquiteto Peter José Schweizer, que entregou a presidência do órgão no dia 1.º de setembro.

À solenidade de posse da nova diretoria — presidida agora pelo arquiteto José Vasquez Ponte —, realizada no auditório do Clube de Engenharia do Rio, estavam presentes, além de grande número de arquitetos e profissionais do setor, o representante do Ministério do Trabalho, Camilo Silva; o presidente do CONFEA, professor Fausto Aita Gai; o presidente do CREA do Rio, professor Durval Lobo; o presidente do Clube de Engenharia, Geraldo Reis; o presidente do IAB-Rio, arquiteto Luís Paulo Conde; e, também, o arquiteto Geraldo Vespasiano Puntoni, presidente do SASP — Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo.

A sede

Um dos primeiros e mais imediatos problemas concretos da nova entidade, lembrou Schweizer, era uma sede própria. "A tarefa nos parecia demasiadamente ampla, confrontada com os limitados recursos disponíveis. Despejados de uma sede provisória, defrontamo-nos, desde cedo, com as aflições de procura por uma sede capaz de oferecer um mínimo indispensável de espaço para os serviços da entidade sindical.

Nos momentos de maior angústia, recebemos, mais uma vez, o apoio da entidade que tanto batalhou pela criação deste Sindicato — o IAB da Guanabara. Seu então presidente, arquiteto João Ricardo Serran, colocou à disposição algumas dependências da sede própria daquele instituto. Mais uma vez, ficou caracterizada a grande ligação entre o Sindicato dos Arquitetos e o IAB, entidades que nesses três anos lutaram unidas na promoção dos arquitetos neste Estado."

A preocupação da sede, contudo, só terminou em maio de 1974, quando o governo do Estado assinou a cessão de uso de terreno na rua Humaitá, "onde o nosso Sindicato poderá ter, ainda este ano, edificada definitivamente sua sede".

Mercado de trabalho

O problema maior enfrentado, disse Schweizer, "foi o de saber a real dimensão das necessidades dos arquitetos no Rio de Janeiro". Essa preocupação resultou, em 1973, no I Encontro de Arquitetos Recém-Formados, "quando tivemos oportunidade de melhor mensurar o crescente estrangulamento no mercado de trabalho das novas gerações". Foi criada, como conseqüência, uma Agência de Colocação, reconhecida naquele mesmo ano pelo Ministério do Trabalho. "Pudemos mais uma vez constatar como essa profissão ainda se apresenta desconhecida para administradores, políticos e para a população em geral."

"Em grande parte, ignoram-se as potencialidades do profissional no campo do planejamento urbano, do projeto de arquitetura propriamente dito, do projeto do meio ambiente, de interiores, da supervisão de obras e das demais atribuições que legalmente lhe são conferidas. A divulgação do profissional e sua completa aceitação será obra do tempo e da elevação do nível cultural do nosso povo. Estimula-nos, entretanto, verificar que, no convívio com outros profissionais de nível superior, o arquiteto teve sua participação assegurada, principalmente nas tarefas onde a atuação interdisciplinar se torna indispensável."

Meio ambiente

A luta em defesa dos valores da cidade também foi sustentada pelo Sindicato. "Sempre acreditamos que ao arquiteto cabia, como profissional e como cidadão, lutar pela valorização do meio ambiente e pela promoção do desenvolvimento urbano." SchAeizer lembrou também que, decidida a fusão, o Sindicato pronunciou-se em favor da institucionalização do planejamento metropolitano. Em novembro de 1974 foi entregue ao governo do Estado documento analisando a questão e frisando a importância da contribuição do arquiteto.

Outra área onde o Sindicato atuou foi na fiscalização do exercício profissional, através da participação no CREA. "A eliminação progressiva do acobertador, do profissional não-habilitado, tanto nacional como estrangeiro, constituíram nossas metas mais imediatas." A integração de trabalho com as entidades de arquitetos em outros Estados não foi esquecida, promovendo-se em agosto de 1974 o I Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos, "quando foi possível discutir as formas de uma atuação harmônica dos quatro sindicatos em funcionamento no Brasil. Nesse encontro, ficou salientada a importância da criação da Federação Nacional de Arquitetos, que acreditamos possa se efetivar ainda este ano, após o reconhecimento do quinto sindicato, em Pernambuco", finalizou Peter José Schweizer.

Consolidação

No seu discurso, o arquiteto José Vasquez Ponte afirmou que, "em nossa missão que hoje se inicia, iremos nos defrontar com a consolidação e o aperfeiçoamento da estrutura sindical desta entidade, visando dar o apoio indispensável ao programa de ação que pretendemos desenvolver. Esse programa irá se estender desde a assistência jurídica aos associados até a assistência social na dimensão prevista estatutariamente."

"Com a fusão" — disse também — "vemos ampliado o âmbito de atuação do Sindicato para as fronteiras do novo Estado, crescendo em complexidade a execução de nossos objetivos mais imediatos. Possivelmente, a ampliação da base territorial poderá se dar com a abrangência do Estado do Espírito Santo, caso a política de ampliação das bases territoriais proposta para o âmbito nacional, pelo Sindicato, antiga Guanabara, seja aprovada."

A formação da Federação dos Arquitetos foi apoiada, vendo-se nela "um instrumento indispensável para coordenação e consolidação de nossa programação sindical no âmbito nacional". Em termos operacionais, a construção da sede própria é a meta mais imediata da nova diretoria. José Vasquez Ponte finalizou felicitando a antiga diretoria, cujo trabalho resulta hoje num saldo positivo de mil arquitetos associados.

A diretoria

A nova diretoria, eleita em junho passado, é a seguinte: Presidente — José Vasquez Ponte; Vice — José Carlos Neder; Secretário — Luciano Pereira Medeiros; 1.º Tesoureiro — José Júlio Peçanha de Amorim; 2.º Tesoureiro — Donato Mello Júnior; Procurador — Ricardo Batalha Menescal. Suplentes da Diretoria: Mário Vaz Ferrer Filho; Alcides Brando Cotia; Édison de Cesaro Musa; Rolando Flores Marques; Alexandre Chan; e Áulio Sayão Romita.

Foram eleitos, ainda, para o Conselho Fiscal os arquitetos Oscar Niemeyer Soares Filho, Sérgio Bernardes e Ary Garcia Rosa; e, como suplentes, Marcos Konder Netto, Stélio Moraes e Waldyr Leal da Costa.

Schweizer enviou o seguinte telegrama ao **Arquiteto:** "O Sindicato dos Arquitetos da Guanabara, sensibilizado pelo apoio dado por esse jornal aos trabalhos realizados nos últimos três anos, agradece e parabeniza pela qualidade desse órgão de divulgação dos arquitetos brasileiros."

Plasticôte

Fabricado por

PLASTICÔTE DO BRASIL (REVESTIMENTOS) S.A.

Rio de Janeiro: Rua Luiz Coutinho Cavalcante, 734 — Guadalupe — Tel: 350-7474 (PBX)
São Paulo: Rua Afonso de Freitas, 180 — Tel: 289-7680

A Concretex pede licença para apresentar a Concretex.

A Concretex você já conhece. Afinal, ela é a maior organização nacional em concreto pré-misturado, com 45% do mercado. Um setor onde seu amplo know-how é reconhecido por todos, e que ela lidera há mais de 16 anos. É esta Concretex que está pedindo licença a você para apresentar a Concretex - Indústria de Pré-Moldados. Uma empresa que vai aproveitar todo o know-how e experiência em concreto da Concretex na fabricação de blocos estruturais e de vedação. Para isso já instalou em Guarulhos a mais moderna indústria do Brasil, equipada com maquinaria do mais alto nível mundial: sistema Besser de misturadoras e prensas, controlado eletronicamente; dosagem totalmente automática, através de equipamentos Ramsey; frota de caminhões para transporte, equipada com dispositivo para carga e descarga automática.
Tudo isso vai produzir para você um bloco de concreto resistente, uniforme e muito bem acabado. E você pode contar com uma garantia de entrega rápida e segura, mesmo para elevadas quantidades. Na hora de especificar o bloco para sua construção, conte com a eficiência da Concretex. Um nome que você já conhece.

Concretex
Indústria de Pré-Moldados Ltda.

Rua Araújo, 216 - 3.º andar
fone: 257-9244 pabx - S. Paulo - Capital

Travessa Particular da Av. Samuel Ribeiro de Oliveira s/n.º – Bairro de Forno Velho - Guarulhos - S.P.

Bloco Concretex. E está acabado.

A superação da organização sindical brasileira para as profissões liberais e o aviltamento da mão-de-obra no mercado são temas desta análise.

SASP discute em documento a situação sindical

"A organização sindical brasileira, no que diz respeito às profissões liberais, está notoriamente superada, a partir mesmo da própria denominação de 'profissão liberal'." Essa é a constatação feita pelo SASP — Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, que preparou, sob a coordenação de seu presidente, arquiteto Vespasiano Puntoni, documento sobre a organização sindical, que publicamos a seguir:

"Hoje em dia não se sabe bem o que venha a ser profissão liberal. No caso dos arquitetos, é certo que a categoria não se enquadra e não se caracteriza como um interesse de uma profissão liberal, mas sim como as formas da manifestação de seu trabalho, como empregado (assalariado), autônomo e empregador. Em recente pesquisa realizada pelo sociólogo J. Carlos G. Durand, foi evidenciado que a grande maioria dos arquitetos são funcionários de empresas públicas, empresas privadas, autarquias e órgãos governamentais. Existem, ainda, aqueles que são considerados autônomos. Mas pode-se constatar que, mesmo assim, é falso o vínculo com as empresas onde trabalham. Na verdade, mantêm com elas praticamente uma condição de assalariados, agravada com as desvantagens de não gozar dos benefícios da CLT (férias, FGTS, 13.º salário, PIS, etc.). Essa situação constitui, provavelmente, a forma de emprego dos arquitetos que permite sua maior exploração e um aviltamento sistemático do mercado de trabalho.

Quanto ao arquiteto empregador, pode-se dizer que ele é uma figura dupla dentro da atuação profissional. Ele é autônomo em certas ocasiões, e empresa ou firma em outras.

Dentro de condições eminentemente técnicas, o Ministério do Trabalho deveria rever a situação dos sindicatos dos profissionais liberais, para obter uma organização peculiar e diferenciada que representasse os interesses das várias formas de atuação: um sindicato dos arquitetos empregados, um sindicato dos arquitetos empregadores e um sindicato dos arquitetos autônomos.

O Sindicato dos Arquitetos, com sua estrutura atual, regulamentada pela legislação existente, deveria representar mais o interesse dos arquitetos empregados. Os sindicatos de profissionais liberais deveriam examinar a situação de suas categorias específicas, que não deve diferir em muito da dos arquitetos. Na forma atual da organização sindical, pode-se afirmar, sem a menor dúvida, que a situação da indefinição faz com que os sindicatos de profissionais liberais estejam em desvantagem em relação aos demais sindicatos de trabalhadores.

Eis algumas delas:

1 — **Representação judicial dúbia** — Os sindicatos dos profissionais liberais, em especial o dos arquitetos, representam os assalariados, os autônomos e os empregadores (empresas e firmas), sem com isso poder definir exatamente a propriedade de suas atuações. Se se analisar a situação dos arquitetos empregadores ou empresas que atuam no campo da arquitetura, ver-se-á que eles estão integrados ao Sindicato da Construção Civil, ao Sindicato das Grandes Estruturas e ao Sindicato de Pequenas Estruturas, que, diga-se de passagem, nada têm a ver com seu interesse peculiar.

2 — **Fiscalização do exercício profissional** — Existem entre os profissionais liberais, em especial entre os arquitetos, órgãos do Ministério do Trabalho — o CREA, em nível estadual, e o CONFEA, em nível federal — que fiscalizam o exercício profissional, mas não fiscalizam a contratação dos profissionais como assalariados, o que vem acontecendo com os demais sindicatos dos trabalhadores, pela obrigatoriedade do registro do emprego na carteira de trabalho.

3 — **Contribuição sindical** — Os sindicatos dos trabalhadores têm fixado, como taxa de contribuição sindical, um dia de trabalho e os sindicatos de profissionais liberais, 10% do salário mínimo maior do país, valor atualmente fixado por portaria do Ministério do Trabalho. Enquanto a contribuição sindical dos trabalhadores apresenta uma dinâmica em função dos salários realmente percebidos, a dos profissionais liberais é estática e insuficiente.

4 — **Mensalidades** — Os sindicatos de trabalhadores, pelo maior número de contribuintes e pela maior concentração dos associados, possuem forma menos onerosa de arrecadação (desconto em folha de pagamento), enquanto para os sindicatos de profissionais liberais as mensalidades só passam a compensar quando são altas. Essa situação é crítica para os sindicatos de profissionais liberais, que necessitam manter as mensalidades altas e um serviço de cobrança muito bem organizado. Diga-se de passagem que, para os arquitetos, o que agrava os planos de cobrança é a baixa confiabilidade dos endereços dos associados.

5 — **Dissídio coletivo de trabalho** — Praticamente, os sindicatos de profissionais liberais estão incapacitados de realizar dissídios coletivos de trabalho, salvo a recente e honrosa exceção do Sindicato dos Médicos. Esse fato se prende, provavelmente, à forma de organização de trabalho dos profissionais liberais, em especial dos arquitetos.

Parece, portanto, que ao Ministério do Trabalho caberia adotar uma série de medidas visando a melhorar a situação dos sindicatos de profissionais liberais, especialmente neste momento, em que os programas da administração federal visam à valorização da ação sindical como instrumento capaz de ativar as várias categorias na participação do desenvolvimento nacional.

A título de exemplo, para melhorar a situação econômica dos sindicatos de profissionais liberais, poderia ser sugerida a revisão da forma atual da contribuição sindical, examinando-se as hipóteses seguintes.

É possível que, por várias razões técnicas, o recolhimento da contribuição sindical seja fixado sobre um valor pré-determinado. Neste caso, pelo menos, que esse recolhimento seja feito sobre o salário mínimo profissional. Sabe-se que o Ministério do Trabalho já se manifestou contrário ao salário mínimo profissional e que existem categorias de profissionais liberais que nem mesmo o possuem, mas de qualquer forma é uma alternativa que poderia melhorar a arrecadação dos sindicatos de profissionais liberais.

Outro modo de aumentar essa arrecadação seria exigir que os profissionais assalariados fossem taxados como os outros tantos trabalhadores: um dia de salário. Nessa situação, deveria haver instrução clara para que as empresas efetuassem os descontos para as categorias específicas. Aos sindicatos de trabalhadores essa solução não significaria nenhum prejuízo para sua arrecadação, uma vez que, de um modo geral, os profissionais liberais fazem o seu recolhimento independente, conforme permite a lei, por lhes ser pecuniariamente mais conveniente. Para os profissionais autônomos, permaneceria a forma da contribuição de uma taxa avaliada sobre o salário mínimo profissional.

Aos profissionais que, apesar de assalariados, atuam concomitantemente como autônomos, seria obrigatória a contribuição dupla: uma como assalariado e outra como autônomo. Essa situação já é reconhecida pelo governo, que exige, na declaração de imposto de renda, aquela referente aos rendimentos por salários e aos rendimentos por honorários (profissionais liberais).

Essas sugestões não esgotam o assunto, que deveria ser examinado, juntamente com os demais problemas aqui levantados, pelos sindicatos de profissionais liberais, conforme as peculiaridades do exercício profissional de cada categoria."

Assembléia

Em assembléia geral realizada em 8 de setembro foi aprovado o aumento das anuidades para o Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, para 1976, que passa a ser de 330 cruzeiros, pagáveis em duas parcelas semestrais. Para pagamento em uma só parcela, o custo será de 300 cruzeiros.

Colabore com suas entidades de classe. Pague em dia suas mensalidades

Metrô de São Paulo

Plurigoma permanecerá nesta obra resistindo ao tempo para servir você

plurigoma
Pisos de Borracha e Plásticos ltda.

São Paulo:
Av. Vautier, 73/77 • Fones: 227-1908 • 227-0075

Rio de Janeiro:
R. Sen. Dantas, 117 s/ 1916 • Fone: 224-1060

Brasília:
Centro Comercial Conic — s/ 24

Cursos IAB/SASP: um retrospecto destes três anos

A preocupação em municiar o profissional arquiteto com novas frentes de informações, reciclando conhecimentos da prática com dados vindos de outras áreas, tais como a universidade, tem sido a tônica do Convênio de Extensão Cultural mantido entre o IAB-SP e o Sindicato dos Arquitetos — SASP.

Os arquitetos Jorge Caron e Cristina de Castro Melo, coordenadores do Convênio, fazem o retrospecto destes três anos de trabalho. Reconhecem que, inicialmente, além de prever os interesses da categoria profissional dentro da estrutura sindical, foi preciso entender "qual a posição dessa atividade junto a um processo universitário vitimado por uma década de mudanças históricas, já que o objetivo é o profissional graduado no ensino superior.

"O papel do sindicato" — afirmam — "é consolidar o grupo profissional, garantindo sua atuação plena dentro do mercado de trabalho, e abrir esse mercado para novas perspectivas de atuação. Assim, uma atividade cultural deveria encarar o aprofundamento e a atualização dos próprios instrumentos de trabalho profissional, ao nível do conhecimento, visando ao enriquecimento da participação dos arquitetos no trabalho oferecido." Também não se tratava de confundir os cursos do SASP/IAB com algo no gênero de pós-graduação ou extensão universitária, ao mesmo tempo estabelecendo um diálogo com a instituição universitária.

O caráter da proposta, "amplamente cultural, exigia não somente uma contribuição pragmática, no plano do trabalho profissional, mas, ainda, um rebatimento ao nível da representatividade da profissão de arquiteto. Impunha-se, portanto, que o trabalho fosse realizado em conjunto com a IAB, podendo assim cobrir todo o espectro dos interesses profissionais e dispor de todos os instrumentos que a classe desenvolveu para sua expressão. Assim, surgiu o convênio IAB/SASP".

Os cursos

O primeiro curso foi na área de paisagismo, dado pelo arquiteto Fernando Chacel, utilizando a experiência de curso semelhante ministrado no Canadá. Participaram 120 arquitetos e agrônomos e o resultado foi a formação de um grupo de trabalho no IAB para continuar a se aprofundar o tema.

O seguinte foi sobre "Aspectos Legais e Tributários da Profissão de Arquiteto", pelo advogado Claudionor de Andrade Jr., que também deu frutos práticos imediatos. Formou-se outro grupo de trabalho, "com a tarefa de discutir os problemas de cadastramento e contratação de serviços profissionais dos arquitetos pelos órgãos públicos".

O passo seguinte foi introduzir a forma do seminário. O primeiro tratou de "Pré-moldados de Concreto", com a participação de Otacílio Rodrigues Lima, Mário Franco, Theodoro Rosso e empresas como Sobraf, Cinasa e Skema (esta última participou diretamente da organização do seminário). "O interesse despertado permitiu a formação de uma ampla platéia integrada por engenheiros, arquitetos e estudantes das diversas faculdades de arquitetura e engenharia."

Novos temas

Essa experiência serviu para sistematizar os interesses da categoria profissional, acatando-se as sugestões por novos cursos. Foi organizada uma palestra sobre recursos de aerofotogrametria e fotointerpretação pelo engenheiro Carlos Maranhão e pelo técnico Wilson de Souza.

Para aprofundar a questão **paisagem,** realizou-se curso sobre geomorfologia, com orientação do professor Aziz Ab Saber e apoio do Instituto de Geografia da USP. Outro curso, sobre climatologia urbana — estruturado pelo professor Carlos Augusto Monteiro, da Geografia-USP —, rendeu "um grande passo no sentido do diálogo com a universidade".

O problema ecológico também ressurgiu, na forma de palestras sobre "O Rompimento do Ciclo das Águas" — pelo agrônomo Rodolfo Geiser — e sobre propostas para o desenvolvimento amazônico — pelo agrônomo Sérgio Vergueiro. Foram projetados, ainda, filmes do dr. Herbert Duchesnes, tratando de "Áreas de Renovação Urbana em Viena, Estocolmo, Colônia e Munique" e "A Cidade Nova de Tapiola".

O aspecto jurídico da atividade profissional foi outra área em que o Convênio IAB/SASP procurou dinamizar os debates e as informações, retomando o tema dos primeiros cursos. Foram organizadas palestras sobre a proteção legal à criação arquitetônica, com o Instituto Interamericano de Direito do Autor, da Faculdade de Direito da USP.

A experiência já acumulada nestes três anos está fazendo com que Caron e Cristina, no seu relatório de trabalho, apontem um interesse globalizante dos profissionais arquitetos pelo tema da qualidade do meio ambiente, "o que é positivo, pois representa uma das mais graves preocupações do povo brasileiro neste momento, vindo a englobar todos os outros aspectos da maior importância para os arquitetos, como o desenho urbano e regional, a habitação, a paisagem, o desenho do lazer e a saúde etc.".

O calendário para este semestre

O programa de atividades do Convênio de Extensão Cultural IAB/SASP para este semestre é o seguinte:

Mesas-redondas: com representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência—SBPC, para relatório do congresso e debates sobre temas de poluição ambiental e energia nuclear; sobre "Normalização na Indústria da Construção".

Cursos: "Aspectos Sociológicos do Desenho Urbano", a ser elaborado com o professor Juarez Brandão Lopes; "Estabelecimento e Preservação do Patrimônio Ambiental", em andamento junto com a Secretaria do Planejamento. O curso finalizará com mesa-redonda. Em colaboração com a Prodesan, o curso de paisagismo do professor Fernando Chacel será levado a Santos.

Seminários: sobre "Pré-moldados em Canteiro e Sistemas de Forma", a ser coordenado pela arquiteta Helène Afanasieff. O programa prevê, também, projeções de curtas-metragens nacionais sobre meio ambiente e problemas urbanos, além de manutenção dos contatos com entidades como o Instituto de Engenharia e a FAUUSP, para intercâmbio cultural.

Bronzearte oferece a alternativa para o seu projeto de iluminação.

Linha completa de lustres

ou a fiel execução do seu design.

BRONZEARTE

Rua Oscar Freire, 1732 Tel. 282-0459 - São Paulo

MIS abre suas portas para a arquitetura

O Museu da Imagem e do Som de São Paulo vai romper uma tradição dos MIS, abrindo suas portas para outra importante manifestação: a da arquitetura. Na primeira quinzena de novembro promoverá, em colaboração com o IAB-SP, a exposição "Arquitetura + Imagem + Som", com o objetivo de divulgar e incentivar todas as formas de registro da arquitetura, desde a documentação fotográfica e cinematográfica às entrevistas e audiovisuais.

"Essa promoção" — diz Tito Lívio Frascini, diretor do IAB — "abre novas perspectivas em termos de documentação viva da arquitetura". A iniciativa de Rudá de Andrade, presidente do MIS paulista, deve — na opinião dos arquitetos — ser estimulada em todos os Estados. O acervo resultante dessas iniciativas terá um valor inestimável, não apenas para os estudantes e profissionais, mas para as próprias cidades.

Programa

Os principais pontos da exposição já estão definidos pelo IAB e pela equipe do MIS encarregada da organização do evento, destacando-se:

- Retrospecto do trabalho de José Moscardi, em seus 30 anos de fotógrafo de arquitetura.
- Exposição de fotos de arquitetura, aberta a profissionais e amadores, com prêmios aos melhores trabalhos.
- Exibição de filmes de arquitetura brasileiros e estrangeiros.
- Abertura do certame "Estímulo à produção de filmes de arquitetura", com prêmio para o melhor roteiro. O filme será produzido pelo MIS.
- Apresentação de audiovisuais, mostrando as obras e seus usuários.
- Palestras e mesas-redondas: debates sobre as formas de comunicação e sua importância para o registro de arquitetura.

Participação

A participação nas exposições está aberta a todos os arquitetos, e todos os que dispuserem de filmes e audiovisuais devem entrar em contato com a srta. Cristina, no MIS.

No próximo número do **Arquiteto** divulgaremos as bases para os concursos de fotografia, roteiros para filmes de arquitetura e cinema. Quem desejar informações mais detalhadas pode procurar o MIS, a partir de meados de setembro.

Borrões de tinta, natureza e ecologia

Ao lado da mesa de trabalho de Gilberto Salvador, uma verde samambaia, um pujante organismo vegetal indicando um caminho. Nas estantes, vidros com terra, vinil, cera natural, acrílico. Não se trata de confusão entre o artista plástico que vai inaugurar dia 7 de outubro, às 19h30, na Galeria Paulo Prado (rua Eng.º Alcides Barbosa, 47), sua mostra de pinturas e o habitante da grande cidade de São Paulo.

O seu apartamento no Itaim mostra esse caminho — uma pista que começa nas peças pop pela sala, continua nos corredores sob a forma de vestígios de uma atuação nas Bienais e da recusa às suas propostas em 1969, e que chega até às obras mais recentes: uma progressiva caminhada em busca da natureza. Tão aguda como a invasão do bairro do Itaim pelos modernos prédios e pela acelerada degradação do ambiente urbano.

Arquiteto paisagista, artista preocupado com o habitat, Gilberto Salvador começou cedo, desde a primeira individual em 1965, vários salões em Campinas, prêmios... o melhor currículo do artista é sua posição atual, uma ampla intuição do olho em busca do vegetal e do animal, nas cores que a industrialização teima em derreter no cinza paulistano: "É fundamental a relação homem/natureza. E hoje o que vemos? Faltam elementos da volta do homem à sua origem, uma reflexão que pode ocorrer de diferentes formas, tais como as plantas que teimamos em levar para dentro de casa, o fogo aceso, etc..."

O que é sujeira?, pergunta ele. "Seria o pó do chão, a poeira, o lodo natural abrigando microrganismos?; mas, ao lado, temos a pior sujeira que existe, que é a poluição." Essa proposta estética vai além do contemplativo para argüir sobre os péssimos caminhos que a sensibilidade vai sendo obrigada a pisar, cheirar e ouvir nos grandes centros urbanos. Paisagens, animais, águias em pleno vôo, manchas de terra-terra, borrões, movimentos vivos e cores de seres vivos, como a terra, o ar, o mar e seus habitantes: são os visuais que Gilberto Salvador captura em suas telas, como se o artista desejasse que todos vivêssemos nessa simbiosa natural. Uma tela dessas, vista com o pano de fundo de uma de nossas ruas, seria uma visão absurda, se não fosse a mesma absurda pretensão dos milhões de seres humanos que vivem no racional caos urbano. (José Roberto Silva)

Junkers: o aquecedor que aumenta a área útil da sua construção.

Você sabe quanto custa um metro quadrado de construção.
Então pense nisso na hora de especificar o sistema de aquecimento.
Junkers não ocupa lugar: é compacto e fica na parede.
Junkers é economia para você. E para quem compra o imóvel, porque é o aquecedor doméstico de maior potência útil fabricado no Brasil.
Junkers é água quente instantânea, inesgotável e de baixo preço, porque utiliza a fonte de energia mais barata que existe: o gás.
Com Junkers na sua construção, você tem dois argumentos de venda adicionais: um bom sistema de água quente.
E um metro quadrado de área à mais.

Cursos IAB/SASP: um retrospecto destes três anos

A preocupação em municiar o profissional arquiteto com novas frentes de informações, reciclando conhecimentos da prática com dados vindos de outras áreas, tais como a universidade, tem sido a tônica do Convênio de Extensão Cultural mantido entre o IAB-SP e o Sindicato dos Arquitetos — SASP.

Os arquitetos Jorge Caron e Cristina de Castro Melo, coordenadores do Convênio, fazem o retrospecto destes três anos de trabalho. Reconhecem que, inicialmente, além de prever os interesses da categoria profissional dentro da estrutura sindical, foi preciso entender "qual a posição dessa atividade junto a um processo universitário vitimado por uma década de mudanças históricas, já que o objetivo é o profissional graduado no ensino superior.

"O papel do sindicato" — afirmam — "é consolidar o grupo profissional, garantindo sua atuação plena dentro do mercado de trabalho, e abrir esse mercado para novas perspectivas de atuação. Assim, uma atividade cultural deveria encarar o aprofundamento e a atualização dos próprios instrumentos de trabalho profissional, ao nível do conhecimento, visando ao enriquecimento da participação dos arquitetos no trabalho oferecido." Também não se tratava de confundir os cursos do SASP/IAB com algo no gênero de pós-graduação ou extensão universitária, ao mesmo tempo estabelecendo um diálogo com a instituição universitária.

O caráter da proposta, "amplamente cultural, exigia não somente uma contribuição pragmática, no plano do trabalho profissional, mas, ainda, um rebatimento ao nível da representatividade da profissão de arquiteto. Impunha-se, portanto, que o trabalho fosse realizado em conjunto com a IAB, podendo assim cobrir todo o espectro dos interesses profissionais e dispor de todos os instrumentos que a classe desenvolveu para sua expressão. Assim, surgiu o convênio IAB/SASP".

Os cursos

O primeiro curso foi na área de paisagismo, dado pelo arquiteto Fernando Chacel, utilizando a experiência de curso semelhante ministrado no Canadá. Participaram 120 arquitetos e agrônomos e o resultado foi a formação de um grupo de trabalho no IAB para continuar a se aprofundar o tema.

O seguinte foi sobre "Aspectos Legais e Tributários da Profissão de Arquiteto", pelo advogado Claudionor de Andrade Jr., que também deu frutos práticos imediatos. Formou-se outro grupo de trabalho, "com a tarefa de discutir os problemas de cadastramento e contratação de serviços profissionais dos arquitetos pelos órgãos públicos".

O passo seguinte foi introduzir a forma do seminário. O primeiro tratou de "Pré-moldados de Concreto", com a participação de Otacílio Rodrigues Lima, Mário Franco, Theodoro Rosso e empresas como Sobraf, Cinasa e Skema (esta última participou diretamente da organização do seminário). "O interesse despertado permitiu a formação de uma ampla platéia integrada por engenheiros, arquitetos e estudantes das diversas faculdades de arquitetura e engenharia."

Novos temas

Essa experiência serviu para sistematizar os interesses da categoria profissional, acatando-se as sugestões por novos cursos. Foi organizada uma palestra sobre recursos de aerofotogrametria e fotointerpretação pelo engenheiro Carlos Maranhão e pelo técnico Wilson de Souza.

Para aprofundar a questão **paisagem,** realizou-se curso sobre geomorfologia, com orientação do professor Aziz Ab Saber e apoio do Instituto de Geografia da USP. Outro curso, sobre climatologia urbana — estruturado pelo professor Carlos Augusto Monteiro, da Geografia-USP —, rendeu "um grande passo no sentido do diálogo com a universidade".

O problema ecológico também ressurgiu, na forma de palestras sobre "O Rompimento do Ciclo das Águas" — pelo agrônomo Rodolfo Geiser — e sobre propostas para o desenvolvimento amazônico — pelo agrônomo Sérgio Vergueiro. Foram projetados, ainda, filmes do dr. Herbert Duchesnes, tratando de "Áreas de Renovação Urbana em Viena, Estocolmo, Colônia e Munique" e "A Cidade Nova de Tapiola".

O aspecto jurídico da atividade profissional foi outra área em que o Convênio IAB/SASP procurou dinamizar os debates e as informações, retomando o tema dos primeiros cursos. Foram organizadas palestras sobre a proteção legal à criação arquitetônica, com o Instituto Interamericano de Direito do Autor, da Faculdade de Direito da USP.

A experiência já acumulada nestes três anos está fazendo com que Caron e Cristina, no seu relatório de trabalho, apontem um interesse globalizante dos profissionais arquitetos pelo tema da qualidade do meio ambiente, "o que é positivo, pois representa uma das mais graves preocupações do povo brasileiro neste momento, vindo a englobar todos os outros aspectos da maior importância para os arquitetos, como o desenho urbano e regional, a habitação, a paisagem, o desenho do lazer e a saúde etc.".

O calendário para este semestre

O programa de atividades do Convênio de Extensão Cultural IAB/SASP para este semestre é o seguinte:

Mesas-redondas: com representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência—SBPC, para relatório do congresso e debates sobre temas de poluição ambiental e energia nuclear; sobre "Normalização na Indústria da Construção".

Cursos: "Aspectos Sociológicos do Desenho Urbano", a ser elaborado com o professor Juarez Brandão Lopes; "Estabelecimento e Preservação do Patrimônio Ambiental", em andamento junto com a Secretaria do Planejamento. O curso finalizará com mesa-redonda. Em colaboração com a Prodesan, o curso de paisagismo do professor Fernando Chacel será levado a Santos.

Seminários: sobre "Pré-moldados em Canteiro e Sistemas de Forma", a ser coordenado pela arquiteta Helène Afanasieff. O programa prevê, também, projeções de curtas-metragens nacionais sobre meio ambiente e problemas urbanos, além de manutenção dos contatos com entidades como o Instituto de Engenharia e a FAUUSP, para intercâmbio cultural.

Bronzearte oferece a alternativa para o seu projeto de iluminação.

Linha completa de lustres

ou a fiel execução do seu design.

BRONZEARTE

Rua Oscar Freire, 1732 Tel. 282-0459 - São Paulo

"Na raiz de nossa crise urbana está a forma como se tem processado o desenvolvimento": arquiteto Eurico Prado Lopes no Simpósio "Salvemos Nossa Cidade Agora".

Profitópolis: a crise urbana e política em SP

Fotógrafos Associados

"Como arquitetos encaramos com uma tristeza profissional a situação em que se encontram nossas cidades e particularmente nossa metrópole, ainda que por força da sobrevivência profissional participamos de sua construção. Entretanto, o IAB há cinqüenta anos se dedica a alertar o poder público em encontros, congressos e simpósios. Podemos, pois, apresentar o otimismo de quem sabe que existem soluções no plano da técnica e da cultura. Cabe-nos a tarefa de como conseguir que sejam implantados."

Esta frase da conferência do arquiteto Eurico Prado Lopes, presidente do IAB-SP, praticamente resumiu o espírito com que se reuniram durante uma semana, no plenário da Câmara Municipal paulistana, estudantes, políticos, técnicos e cidadãos de várias áreas. O ciclo de debates "Salvemos Nossa Cidade Agora" — na última semana de agosto — e o título da exposição trazida a São Paulo pelo Museu Estadual de Arte Aplicada de Munique e o Instituto Goethe no Brasil (Profitópolis, ou a Cidade-Lucro) não poderiam ser mais incisivos perante a desorganização urbana e no apontar-lhe causas e responsáveis.

O caso São Paulo

"Uma cidade traduz no espaço as mais profundas relações entre os homens, retratando de forma sólida e espacial os problemas de um povo, sua economia, seu estágio de desenvolvimento e sua civilização, o que infelizmente, no caso de São Paulo, não nos elogia", afirmou Eurico no debate sobre "A Atuação Política do Planejamento para a Dignificação da Vida Urbana".

O exemplo de Munique — com um tráfego disciplinado, parques e monumentos históricos preservados apesar das guerras e um rígido sistema de leis de controle do uso do solo — "leva-nos à responsabilidade de reexaminar em profundidade os caminhos da nossa atual crise urbana". Os problemas, apesar de serem de raízes idênticas, são mais "selvagens" e mais "agudos", em virtude do descontrole dos fatores que os produzem e das "óbvias diferenças entre um país em desenvolvimento, ainda resolvendo problemas sociais básicos, e os problemas de um dos mais desenvolvidos países do mundo".

Se os países subdesenvolvidos sofrem as desvantagens de relações internacionais dependentes quanto a capitais, câmbio, comércio e tecnologia, podem, contudo, antever o futuro sobre o que hoje ocorre nos desenvolvidos. "Esses exemplos deveriam servir como alerta, um importante aviso no sentido de evitarmos essa situação. Entretanto, não temos tido as condições institucionais que permitam os avanços necessários para criar nossos próprios caminhos de desenvolvimento urbano, o que seria sem dúvida altamente positivo no futuro", afirmou. Os erros cometidos nos países metropolitanos estão sendo exportados. "Temos permitido a instalação de indústrias poluidoras que não podem mais permanecer em seus países de origem devido às leis de proteção ao meio ambiente lá existentes."

"Na raiz de nossa crise urbana está o próprio desenvolvimento, ou melhor, a forma como se tem processado. A ênfase na produção a qualquer custo foi sua principal determinante. Hoje, a nação se conscientiza de que essa política encontrou seus limites. Uma situação de maior equilíbrio entre o econômico e o social ensaia seus primeiros passos. Começa-se a pensar em investimentos a maior prazo e compreende-se que não há outra forma de viabilizar o projeto de desenvolvimento nacional."

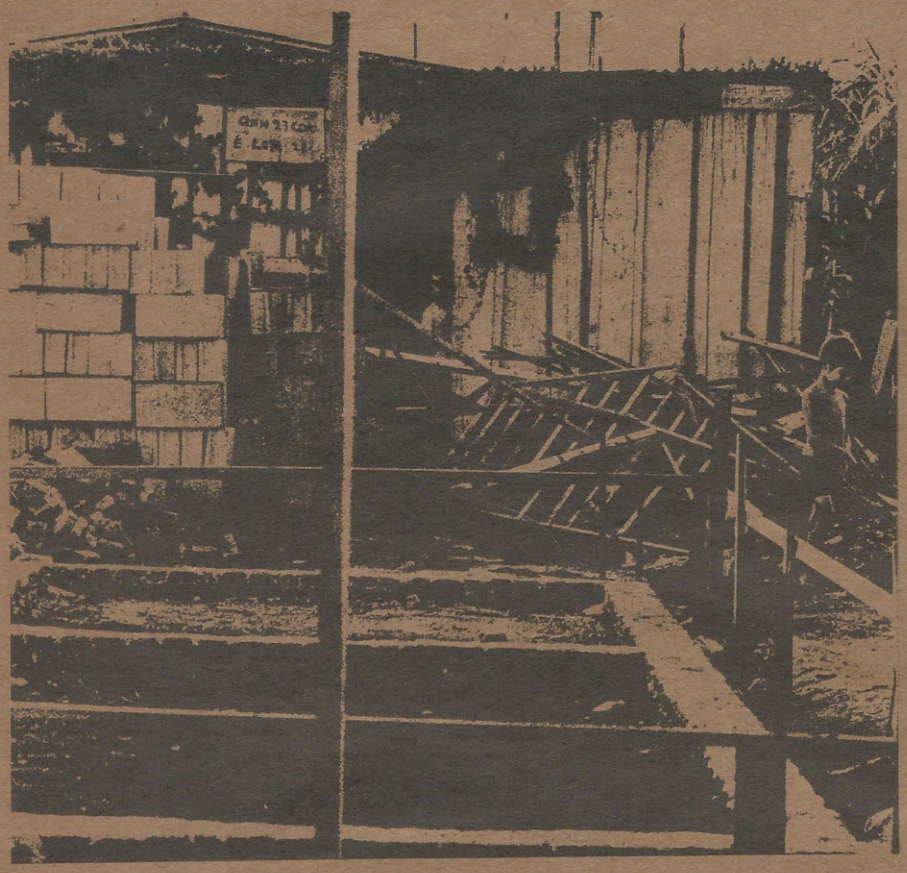
O agravamento da crise urbana, exigindo soluções a curto prazo, não tem passado sem o alerta de consideráveis parcelas da opinião pública. Lembrou, sobre isso, o Simpósio Nacional sobre Política Urbana, promovido pelo IAB em Brasília. "Todo o trabalho que resultou dessa reunião teve por base o papel do arquiteto na criação desse espaço urbano, dos ambientes adequados às atividades humanas, de forma a promover a qualidade de vida, progresso cultural e social do homem brasileiro."

No Simpósio, ficou mais que claro que os mecanismos institucionais estão obsoletos. "Ficou clara também a necessidade de uma intervenção mais incisiva do governo, sob pena de, a curto prazo, os problemas urbanos promoverem um estrangulamento da produção nacional e sérios prejuízos sociais. É de fundamental importância o correto entendimento da natureza do processo de urbanização do país e da identificação das contradições básicas encontráveis na raiz dos modos de produção e apropriação dos espaços urbanos. As distorções na distribuição espacial da população e das atividades produtivas decorrem dessas contradições básicas entre crescimento econômico e desenvolvimento social, gerando uma reação em cadeia que afeta a todos e a cada um dos sistemas urbanos."

Listagem da crise

O presidente do IAB arrolou, a seguir, os mais importantes problemas identificados como responsáveis pela crise urbano-social:

Até quando importantes setores da vida urbana poderão ser eficientes sem intervenção estatal? Como a sociedade civil poderá fiscalizar a ação burocrática?



Fotógrafos Associados

Ao nível da ocupação do solo: a atomização dos assentamentos populacionais; a obsolescência física e funcional das áreas centrais; o aumento da segregação entre bairros e diferentes níveis de renda; a insuficiência da infra-estrutura nas áreas periféricas e o surgimento de anéis de pobreza em torno das cidades; a suburbanização prematura das classes de alta renda;

Ao nível do sistema econômico: a atividade industrial acossada pelas deseconomias de aglomeração; as formas especulativas de apropriação dos valores imobiliários, substituindo o mercado de capitais e demais formas produtivas de investimento; a acentuação dos desequilíbrios regionais;

Ao nível do sistema social: a deterioração da qualidade de vida urbana; a acentuação dos desequilíbrios na distribuição de renda; o aparecimento de apatia social pelos destinos da cidade; a desarticulação dos poucos laços sociais existentes; a pequena participação da comunidade nos destinos da cidade; e os desequilíbrios na distribuição ocupacional e na distribuição espacial da população, acentuando os movimentos migratórios.

Examinaram-se, também, "as imperfeições do mercado imobiliário e suas conseqüências nas dificuldades de implantação de programas e projetos, tolhendo a ação do poder público, que se vê obrigado a pagar os altos valores artificiais do solo urbano, quando desapropria por interesse social. Essa valorização especulativa e descontrolada contou com os subsídios do governo, canalizados pelo Sistema Financeiro da Habitação. Daí a recomendação da necessidade de uma tributação mais justa e que promova os recursos para os inadiáveis investimentos urbanos, bem como a criação de mecanismos compensatórios no sistema tarifário dos serviços urbanos".

O Simpósio — que, segundo o presidente do IAB, repercutiu junto ao governo central e influenciou medidas recentes — "examinou, também, as tendências de subordinação dos interesses sociais dentro da política urbana a objetivos econômicos que não alteram o atual quadro de distribuição de renda, consolidando no espaço as atuais limitações do nosso processo de desenvolvimento".

Patologia urbana

A partir de um enfoque sistêmico, "a cidade é um sistema de fatos e objetivos intimamente relacionados entre si, permitindo a comparação com outros sistemas, como, por exemplo, um sistema orgânico complexo de um ser vivo animal, composto de vários órgãos, todos com funções específicas, interdependentes, em desenvolvimento, seguindo leis biológicas de relacionamento". Deduzem-se, portanto, quais as diferenças entre as cidades alemãs vistas criticamente na exposição do hall da Câmara e as brasileiras. Nestas, "o sistema orgânico apresenta sérias **patologias**, sérias deficiências funcionais, além dos problemas humanos inerentes ao tipo de urbanização, que é basicamente o mesmo. Em nosso caso, é o próprio desenvolvimento que se põe em jogo com a ineficiência das cidades brasileiras".

Segundo Eurico Prado Lopes, "em vez de facilitar o desenvolvimento, a cidade, hoje, o entrava".

Esse entrave pode ser visto através de sérias anomias ou disfunções, tais como: as economias de aglomeração estão sendo substituídas por deseconomias de todo o tipo; o encarecimento do Produto Nacional pelos custos das ineficiências urbanas, afetando a produção e distribuição de bens, prejudicando o consumo; a elevação artificial do custo do lote urbano, promovida pelos incentivos e financiamentos oficiais, levando a construção exagerada de imóveis, sem permitir que o principal setor beneficiado — a indústria da construção civil — desenvolva novas técnicas, condenando-a à oscilação entre o supérfluo industrializado e o básico executado artesanalmente.

Além disso, ocorre o desestímulo para aplicações produtivas de capital em virtude da alta valorização imobiliária e o desgaste do poder aquisitivo das camadas consumidoras nos ônus pessoais assumidos nos programas de financiamento habitacional, prejudicando o consumo e, conseqüentemente, a indústria e o comércio. Conclusão — "a cidade acaba por ser a principal vítima dos aspectos imaturos do capital brasileiro, quando não aceita um maior controle por parte do interesse social".

O Estado

Até quando importantes setores do setor urbano poderão ser eficientes sem a intervenção estatal?, foi a pergunta sugerida ao debate pelo IAB ao Simpósio, citando áreas-chaves como o setor de transporte coletivo e individual; o uso do solo urbano e o setor de habitação popular. "Por outro lado, as ações do governo em sua administração direta e indireta têm se concentrado no atendimento de problemas dos setores solventes das cidades, procurando, se não o lucro, o retorno pleno do capital investido. Na mesma medida, não têm se aplicado nos setores insolventes que apresentam maiores problemas sociais. Essa conjuntura tem gerado insatisfação de setores da iniciativa privada, que clamam por uma melhor definição dessas áreas pela eliminação de privilégios monopolistas e concessões especiais que têm resultado dessa ação."

Esse problema levanta a pergunta sobre que tipo de fiscalização a população tem das ações do governo? Para o IAB-SP, o técnico muitas vezes acha desnecessária uma participação maior da comunidade no seu trabalho. Isso seria correto em face de problemas básicos da qualidade da vida. Por exemplo, é indiscutível que a saúde pública, o saneamento, o controle da mortalidade infantil é desejo de todos, não exigindo plebiscito. "Porém, na aplicação das soluções, na forma de obter os recursos, aparecerá um amplo quadro de alternativas, cuja escolha é decisão política que envolve o relacionamento de toda a forma de poder com a sua comunidade."

Como exemplo dessa necessidade de participação democrática, citou-se a lei de proteção dos mananciais proposta atualmente pelo governo, com óbvias repercussões positivas para a saúde pública. "Ela, porém, encontrará sérias resistências à sua aprovação entre os proprietários de terras, nas regiões onde o uso do solo será limitado por essa lei. Isso dá ênfase à importância da discussão ampla do assunto e à efetiva participação da população interessada. Nada mais legítimo do que o fortalecimento de uma medida governamental através do apoio obtido nas organizações políticas e de classe de uma população. Por outro la-

Profitópolis . . .

do, é importante que essa situação permita o direito de crítica e veto da população às medidas do governo que venham, no seu entender, a prejudicá-la."

Contradições

"É necessária" — diz o IAB, através do seu presidente — "e está na essência do regime democrático a procura do consenso. Já se comentou que na atual estrutura política do país existem melhores condições de conciliação dos interesses diretos na esfera dos poderes estadual e federal do que na do poder municipal, onde esses interesses são mais difíceis de conciliar por serem mais palpáveis. Envolvem problemas diretamente sentidos pela população, dentro de um espaço urbano limitado."

Na cidade, os conflitos econômico-sociais apresentam-se de forma mais aguda, traduzindo no espaço as principais contradições do desenvolvimento. A solução dos mais graves e prioritários problemas não pode se dar isoladamente, e "depende basicamente do controle do uso e valor do solo. A capacidade de desapropriação por interesse social, bem como recursos para instalação de redes e serviços são elementos básicos dessa solução. Como obter esses recursos sem prejuízo para o desenvolvimento econômico e social?"

"Como podem o Executivo e seus planejadores estabelecer soluções com base somente em dados levantados ou em pesquisas de opinião pública (quando feitas)? Será que toda uma comunidade pode ser substituída pelo conhecimento técnico?" Levantou-se a questão do planejamento: até que ponto espera-se que "ele, por si só, venha legitimar as ações governamentais? Ao planejador cabe somente a tarefa de levantar o elenco de alternativas a partir de premissas estabelecidas pelos políticos". A abertura à participação da população não limitará o planejador, mas dará à sua ação consistência e efetividade.

Um bairro, uma praça

Falou também no ciclo de debates "Salvemos Nossa Cidade Agora" o presidente do Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairros, Antônio Oropallo. Relacionou também várias sugestões pragmáticas à questão urbana em São Paulo. O desempenho da força de trabalho alocada no grande centro produtor que é São Paulo está intimamente relacionado com os custos em alimentação. Oropallo sugeriu o estímulo aos meios de transporte menos custosos, tais como o ferroviário e o hidroviário; isenção de impostos aos produtos hortifrutigranjeiros destinados ao abastecimento dos grandes centros urbanos; defesa e estímulo para as feiras livres. Devem-se também, em contrapartida ao apoio às feiras livres, adotar "medidas para evitar a desnacionalização do comércio de gêneros alimentícios, particularmente com respeito aos supermercados. Exigir, por leis e fiscalização, que a população fique informada quanto à data de fabricação e término do prazo válido de consumo dos produtos alimentícios industrializados".

"O poder público" — disse — "deve impedir a construção de casas e abertura de loteamentos clandestinos que venham contrariar as condições mínimas de uso e habitabilidade." Para isso, seria útil a orientação por parte de um órgão formado por técnicos de várias áreas, com vistas à população de renda mais comum, isto é, abaixo dos cinco salários mínimos. "As desapropriações por utilidade pública nunca devem ser de porte a trazer grandes prejuízos à população menos favorecida. Assim, propomos que, antes de serem efetivadas desapropriações que atinjam locais de grande densidade populacional e quando a maioria dos atingidos é de baixo nível econômico, seja estudada uma fórmula de alojar a população deslocada em locais que ofereçam condições de habitabilidade. Essa solução deve ser colocada aos interessados como alternativa com o recebimento da indenização em dinheiro."

Na área do lazer — o tempo não-útil à produção, destinado a recompor a força de trabalho — sugeriu-se a devolução do Parque Ibirapuera, com todos os seus equipamentos previstos no plano inicial à população; elaboração de plano urbano de lazer para o Horto Florestal; impedir que a Praça da República seja destruída pela avalancha de cimento prometida com a vinda de uma estação de metrô; além de arborização e tratamento paisagístico do que ainda resta do destruído Parque Dom Pedro II.

"Sugerimos, ainda, que cada bairro tenha, pela lei do zoneamento, uma grande área para a localização de todos os tipos de equipamentos de atividades culturais, recreativas e esportivas à escolha da população do bairro. Tais equipamentos seriam de propriedade pública e construídos de forma definitiva. Desejamos que cada vila, por menor que seja, tenha pelo menos uma praça."

Além de recomendações em favor do transporte coletivo contra o individualismo do automóvel, várias propostas na área da saúde foram expostas aos participantes dos debates na Câmara Municipal, tais como a descentralização do atendimento médico na capital, incluindo-se o do Hospital das Clínicas, além de dar prioridade para os bairros mais populosos na extensão das redes de água, já que na maioria desses distritos da periferia "os recursos de água subterrânea encontram-se contaminados."

Outros Estados

A mostra "Profitópolis" já percorreu Porto Alegre (1.º a 30 de julho); São Paulo (12 a 30 de agosto); Curitiba (10 a 24 de setembro), e seguirá, depois, para o Rio de Janeiro (1.º a 15 de outubro); Belo Horizonte (22 de outubro a 7 de novembro); Brasília (14 a 30 de novembro) e Salvador (na última semana antes do Natal, ou na primeira semana de março de 1976).

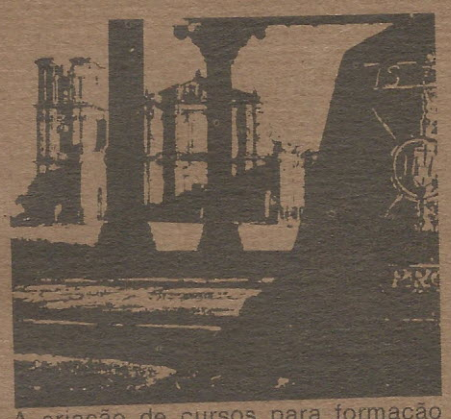
As exposições serão realizadas, também, em colaboração com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, conforme entendimentos entre os Institutos Goethe no Brasil, o Instituto Cultural Brasil-Alemanha e aquela entidade. O roteiro vai incluir também as cidades do Recife, Fortaleza e Belém, no período de abril a junho de 1976, com datas exatas a serem confirmadas.

O RESTAURANTE DO IAB/SP TEM A MELHOR COMIDA DA PARÓQUIA

Mané, o garçon simpático, arrumou um bom sócio cozinheiro (ex-Colona) e está fazendo história no restaurante do IAB. O velho ponto de encontro dos fins de tarde e fins de noite está ressurgindo em grande estilo. Reencontre seus velhos amigos e discuta os problemas da arquitetura brasileira, comendo bem, a preços especiais.

O documento extraído do encontro entre a Universidade Federal da Bahia e o MEC reconhece falhas e aponta iniciativas para salvar o que resta do patrimônio no NE.

Nordeste: novas propostas contra a destruição do patrimônio



A criação de cursos para formação de mão-de-obra especializada, articulação entre as instituições voltadas à pesquisa, levantamento sistemático do passado histórico com roteiros para tombamentos e relação de monumentos históricos que devem ser protegidos imediatamente, são algumas das importantes conclusões do I Seminário de Estudos sobre o Nordeste — Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico.

O encontro foi realizado em Salvador, em novembro, pela Universidade Federal da Bahia e pelo Departamento de Assuntos Culturais — DAC, do MEC. No final, aprovou-se um documento que está sendo divulgado pelo IAB, onde se recomenda, entre outros itens, "restabelecer, na tetônica, o enquadramento adequado, conforme preconiza a Carta de Veneza. Incentivar a elaboração de planos de preservação e recuperação de conjuntos arquitetônicos, a exemplo do que vem sendo feito para as diversas áreas de interesse excepcional no país. Destacar e incluir, em planos regionais do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, os sítios de valor histórico, artístico ou cultural".

Mão-de-obra

A falta de mão-de-obra especializada, como conseqüência de melhores salários e infra-estrutura de formação, é um item também consignado no documento de Salvador. Sugere-se a organização de cursos de extensão ou pós-graduação nas Faculdades de Arquitetura, Urbanismo e Belas-Artes, bem como incentivo à formação de pessoal qualificado em arte, arqueologia, história, pré-história e museologia, além de pessoal de nível médio para os trabalhos práticos de artesanato.

Proposta também importante sugere a instalação de um laboratório central de conservação, restauração e reprodução de documentos, manuscritos ou impressos, "bem como laboratórios regionais em áreas de maior densidade desses bens culturais, promovendo a formação de especialistas na restauração de tais documentos, através dos cursos de biblioteconomia e arquivologia".

Outras recomendações: o estudo, para possível tombamento, dos exemplares mais característicos da arquitetura do século XIX existentes no nordeste. A precedência de pesquisa histórica e, quando for o caso, arqueológica, no trabalho de restauro de monumentos. A organização de um inventário sistemático que possibilite a proteção do acervo. Criação de centros de documentação e pesquisa, especialmente de interesse artístico, para subsidiar os planos de recuperação.

Pede-se, também, "a articulação entre o IPHAN e o Ministério da Marinha, no sentido de promover a proteção dos restos de naufrágios, na plataforma continental, dotados de interesse arqueológico".

Preservar

Além das medidas em nível de organização de recursos e pesquisas, o I Seminário apresentou as seguintes moções para preservação:

— Tombamento da Igreja de N.S.ª da Conceição do Boqueirão, em Salvador;

— Prosseguir os estudos e restaurações de São Cristóvão e Laranjeiras, em Sergipe, e de Cachoeira, às margens do Paraguaçu, na Bahia;

— Preservação do patrimônio de São Luís e Alcântara, no Maranhão; das ruínas de Cunhaú, no Rio Grande do Norte; dos monumentos e da antiga rua Nova em João Pessoa; do Engenho Vitória do Paraguaçu e convento de São Francisco do Conde, na Bahia; em Salvador, especialmente da Quinta do Tanque, do Banheiro dos Jesuítas e do Palácio da Associação Comercial;

— Restituição do lavabo do convento franciscano de Santo Antônio do Paraguaçu, no Recôncavo Baiano, levado no início do século para coleção particular no Rio;

— Criação, em Teresina, do Museu Antropológico da Universidade Federal do Piauí; na Bahia, do Museu Regional do Nordeste em Santo Antônio de Camuciatá, do Museu de Hidrografia e Navegação no Forte de Santo Antônio da Barra; do Museu do Atlântico Sul, no Forte de São Marcelo, e do Museu de Arqueologia da Universidade Federal da Bahia;

— Criação de uma direção regional do IPHAN em São Luís; instalação efetiva do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Ceará, por ora apenas no papel;

— Criação de um Centro de Documentação e Estudos Históricos, junto ao Centro de Estudos Bahianos da Universidade Federal da Bahia;

— Elaboração de projeto — pelos departamentos de história e antropologia das universidades do nordeste — sobre documentação histórica e cultural sobre os índios da região;

— Criação de um grupo de trabalho — junto ao DAC, do MEC — para o levantamento sistemático do patrimônio histórico e cultural do negro brasileiro.

Pisos e revestimentos acrílicos Vulcan.
Um pouco de coerência nunca fez mal a ninguém.

Antes de a Vulcan colocar no mercado seus pisos e revestimentos de parede Decril e Vulcatex, eles passaram pelos testes mais rigorosos. De abrasão, impactos, manchas, umidade, estabilidade, rasgo, envelhecimento.
E foram aprovados em todos com louvor. Inclusive no teste de beleza e versatilidade.
Para cada aplicação a Vulcan tem um piso e um revestimento, diferentes, que variam em espessura, preço, padrão e composição química.
Tudo muito bem estudado para oferecer aos arquitetos e construtores o maior número de opções, qualquer que seja o ambiente.
Entre em contato com a Vulcan e conheça os nossos catálogos.

Vulcapiso Terrazzo e Mármore, Vical, Vinalite, Pisofort, Vulcatex e Decril.

A aceitação da atual Tabela de Honorários é uma vitória das lutas do IAB-SP. Agora, os Cadernos propõem um novo passo à frente.

Nos Cadernos do IAB, a prática profissional em SP

Um corte vertical na estrutura de organização de trabalho na área da arquitetura paulista mostraria sua crescente complexidade. Esse progresso corre mais depressa que a superestrutura jurídica necessária para equalizar as relações entre profissionais e seus clientes, seja o particular ou o Estado.
Como um resultado dessa preocupação, o IAB-SP iniciou em 1973 — através do arquiteto Sami Boussab — a difícil, porém necessária, tarefa de organizar uma tabela de procedimentos.

A tabela

Já é uma prática firmada pelo IAB-SP a organização da Tabela de Honorários. Contudo, lembra Sami, as várias discussões feitas na época indicaram que somente atualizar a Tabela de Honorários era limitado, tendo em vista a necessidade de ordenar normas tanto para o arquiteto como para os clientes, na forma de um roteiro de procedimentos mais abrangente.
"Na atual conjuntura do mercado de trabalho" — afirma o arquiteto —, "as formas de contratação evoluíram a partir das velhas práticas, criando situações não abrangidas pela Tabela de Honorários. As remunerações aos profissionais são fixadas conforme o custo da obra, um critério aceitável no caso de obras."
Mas, como proceder no caso de atividades relativamente novas na história do mercado de trabalho, tais como consultoria de projetos, peritagem e planejamento, para citar apenas algumas, que não são acompanhadas pelo item **custo de obra?** "Surgem constantemente novas empresas de projetos", diz Sami. "Como definir os custos 'a priori'? A própria essência do trabalho é a definição do que vai ser feito."

Novas atribuições

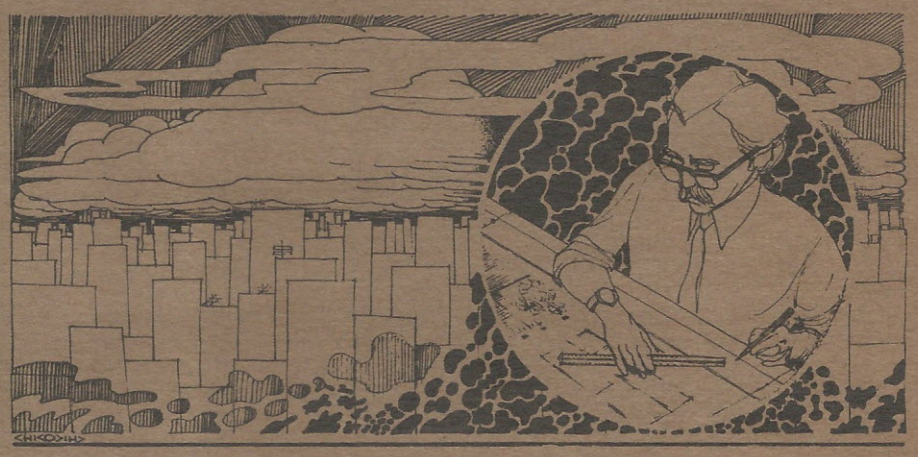
Há muitas situações novas no mercado de trabalho. Entre elas, diz Sami Boussab, a administração de projetos. "Um exemplo seriam os projetos do BNH que serão executados pelo Plano Habitacional em discussão em São Paulo. Eles têm de ser acompanhados pelos arquitetos ao nível da obra. Além da administração, o arquiteto supervisiona as várias etapas da execução, colhe as experiências de uma fase para lançar as seguintes, além de fazer as correções necessárias, o que não exige a presença e a intervenção direta do autor do projeto."
Às vezes, é um técnico como o arquiteto que se dedica ao trabalho de acompanhamento de um projeto. Um exemplo: o preparo de elementos para uma concorrência. Da mesma forma, a direção técnica de obras é outro novo campo de atividades assumido pelos profissionais. Tarefas assim, tradicionalmente realizadas por engenheiros, estão cada vez mais constando do currículo profissional de arquitetos, implicando serviços como a verificação do andamento da obra, soluções e coordenação técnica, aferição dos serviços executados, relatórios de execução etc.
A Resolução 218 do CREA, de 29-7-63 — conta Sami — não prevê todas essas novas situações criadas pela prática profissional, havendo superposição de atribuições entre arquitetos e engenheiros. "A interpretação e a atualização é a proposta dos Cadernos de Procedimentos. Cada vez mais, os arquitetos estão ganhando novas áreas de trabalho, tais como no campo de edificações e no de planejamento físico e territorial. Os arquitetos estão voltando a executar as obras e a complexidade da atual legislação exige, mesmo, um profissional desse tipo novo."

Conquistas

A própria elaboração da atual Tabela de Honorários já é uma vitória das lutas do IAB-SP. "Ela está sendo aceita oficiosamente, o que é uma conquista. Mas a introdução de formas mais elaboradas de procedimento sugeridas pelos Cadernos viria a atender melhor aos interesses atuais da categoria profissional, que está sendo contratada por formas que ultrapassam os limites da Tabela, em virtude de sua ainda insuficiente abrangência."
Como ela será recebida? Acredita Sami Boussab que "a mudança pro-

Cargos na área oficial, uma nova Resolução do CONFEA

O CONFEA — Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia baixou a Resolução n.º 225, de 6 de dezembro de 1974. Ela relaciona os cargos e funções dos serviços de administrações direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo. A íntegra é a seguinte:
O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 24 e 27, alínea "f" da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e, considerando que de acordo com o artigo 12 da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966, somente profissionais habilitados da Engenharia, Arquitetura e Agronomia poderão exercer cargos e funções que exijam conhecimentos destas profissões nos órgãos de administração direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios; considerando que de conformidade com a alínea "g" do artigo 27 da mesma Lei, cabe ao CONFEA relacionar estes cargos e funções; considerando não ser possível a caracterização da exigência de conhecimento técnico na simples denominação do cargo ou função desempenhado; considerando que ao CONFEA compete, além de relacionar cargos e funções, baixar e fazer publicar as resoluções para regulamentação e execução da Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966,



Resolve: Art. 1.º — Os cargos e funções dos serviços da administração direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios, para cujo exercício é necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro agrônomo, são aqueles cujo desempenho consiste em quaisquer das atividades referentes àquelas categorias profissionais, abaixo relacionadas:
— Supervisão, coordenação e orientação técnica;
— Estudo, planejamento, projeto e especificação;
— Estudo de viabilidade técnica-econômica;
— Assistência, assessoria e consultoria;
— Direção de obra e serviços técnicos;
— Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
— Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica, extensão;
— Elaboração de orçamento;
— Padronização, mensuração e controle de qualidade;
— Execução de obra e serviço técnico;
— Fiscalização de obra e serviço técnico;
— Produção técnica e especializada.
Art. 2.º — A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3.º — Fica revogada a Resolução n.º 189, de 20 de março de 1970.
Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1974. Prof. Fausto Aita Gai — Presidente.

O IAB carioca também estuda a situação profissional. As experiências do Rio e São Paulo serão rediscutidas e, posteriormente, levadas ao debate nacional.

posta pelos Cadernos vai facilitar as relações de trabalho e talvez dê um respaldo maior para o direito autoral na arquitetura. Outro ponto a favor" — acredita ele — "é que a fixação desses novos procedimentos talvez crie uma prática que sirva em casos levados à Justiça, firmando jurisprudência favorável ao mercado de trabalho profissional." Um outro exemplo seria o fato de que muitos órgãos públicos ainda são obrigados a tomar decisões no caso de contratações sem uma diretriz fixa. "O Tribunal de Contas não tem aceito contratos por notória especialização e, por lei, é proibida a licitação de preços para contratação de projetos de arquitetura. Atualmente, parte-se para uma solução intermediária: cadastramento, qualificação e contratação. O IAB-SP está atuante para esclarecer esse tipo de problema, com solução a mais favorável aos profissionais."

Os Cadernos

São dez e "visam a orientar a categoria profissional, oferecendo um resumo da experiência de trabalho. A maioria já está em fase de estudo preliminar, ao nível do Conselho Diretor do IAB. O trabalho está aberto a contribuições, já que envolve uma política de classe do IAB. A título de sugestão, acredito que o melhor, após a decisão do Conselho, seria montar um grupo de trabalho para executar a divulgação final dos Cadernos, incluindo-se profissionais de outras áreas", disse o arquiteto Sami Boussab.

Organizados de forma a serem atualizados de forma constante e flexível, o conteúdo geral de cada Caderno é o seguinte:

Caderno I — Explicações sobre como usar os Cadernos e suas finalidades;

Caderno II — O que é o IAB. Relações da entidade com outras instituições. Seu histórico, os estatutos, o código de ética e a listagem das associações profissionais de interesse aos arquitetos;

Caderno III — As atribuições do arquiteto, conforme análise da Resolução 218 do CREA, fixando as definições e os serviços correspondentes;

Caderno IV — Formas do exercício profissional: o arquiteto como pessoa física, como pessoa jurídica e como assalariado;

Caderno V — Formas de seleção de arquitetos por firmas, para elaboração de estudos e projetos. Basicamente: a) por livre escolha; b) cadastramento; c) qualificação; d) concurso de títulos; e) concurso de anteprojetos, segundo o regulamento do IAB;

Caderno VI — Formas de remuneração. Análise de problemas como os pagamentos em relação ao custo da obra; por contrato homem/hora; por pagamento fixo sem reembolso das despesas diretas; remuneração pura e simples; por pagamento fixo, por porcentagem sobre o custo da obra (a forma atualmente em vigor); remuneração por serviços profissionais para a direção da obra; perícia e vistorias e serviços especiais;

Caderno VII — Sobre as obrigações, direitos e responsabilidades dos arquitetos e seus clientes;

Caderno VIII — Modelos de contratos, visando à orientação para a administração dos escritórios e dos autônomos, com empresas públicas de administração direta e indireta e com firmas particulares;

Caderno IX — Formas de organização de escritórios e de empresas. Para Sami, trata-se de compilar e divulgar a experiência de profissionais nessa área: "Se o escritório estiver submetido a formas racionais de organização, o arquiteto terá mais tempo para dedicar-se aos projetos";

Caderno X — O arquiteto e a legislação, compilando-se regulamentações, leis e resoluções de importância direta ao exercício profissional. Além dos dez Cadernos, há dois anexos: o "Cadastro de Arquitetos e Firmas de Projetos" e um "Roteiro para o Exercício Profissional", indicando como fazer para se registrar como empresa ou como autônomo.

No Rio

Paralelamente ao trabalho de sistematização da prática profissional pelo IAB-SP, o IAB do Rio também estuda o problema. A Comissão do Exercício Profissional — arquitetos Luis Antônio Rangel, Walmyr Lima Amaral, Alfredo Brito e Cláudio Cavalcanti — apresentou estudo, fruto de levantamento feito sobre a situação profissional, no Rio, por ocasião da última reunião do COSU — Conselho Superior do IAB, em Porto Alegre.

Os estudos — de São Paulo e Rio — posteriormente serão analisados em conjunto, tirando-se daí diretrizes e metodologias a serem levadas à discussão nacional da categoria profissional.

O estudo prevê três níveis de abordagem: "Escopo de projeto arquitetônico"; "Elementos fornecidos e detalhamento"; "Normas gráficas". Apresenta-se, já em nível de minuta final, o estudo sobre o projeto arquitetônico e os elementos (detalhamento), sendo que a prioridade ao primeiro tema deu-se "em face da solicitação da ABNT relativa à norma para 'Contratação e execução de serviços e obras de engenharia e arquitetura de natureza privada'". Na minuta do **Projeto de Execução,** "não foram incluídos os elementos relativos aos Projetos Complementares. Julgou-se conveniente pesquisar a existência de orientação quanto a esses elementos por parte da ABNT, considerando-se os contatos que vem realizando o arquiteto Walmyr Lima Amaral, pelo IAB-GB". Voltaremos ao assunto nos próximos números.

A Artec mantém o clima das concepções arquitetônicas.

A Artec apóia a imaginação criadora dos arquitetos com um argumento palpável: um "know-how" para projetos especiais. Sua equipe altamente especializada põe à disposição dos arquitetos toda a sua técnica em ar condicionado central para assessorá-los nos seus projetos, sem comprometer o partido adotado. Consulte a Artec: certamente você obterá um clima de primeira qualidade para tudo aquilo que projetou. Sem custo algum.

Com sérias implicações para a tecnologia nacional, o Convênio BNH/ABNT para ditar normas para construção civil está recebendo subsídios, também, dos arquitetos.

Convênio BNH/ABNT, uma oportunidade de incentivo à pesquisa e tecnologia nacionais

Em 1973, o BNH iniciou um plano de "Normalização no Interesse da Construção de Habitação". Em janeiro deste ano foi assinado um convênio com a ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas, com listagem das normas consideradas prioritárias, e, em seguida, solicitou-se a apreciação do IAB.

Para o arquiteto João Honório, coordenador nacional do IAB para Assuntos da ABNT, o convênio padece "da necessidade de aperfeiçoamento. Representa uma iniciativa de grande importância nacional. Ao tratar da questão da habitação, o convênio e as normas decorrentes serão padrões de consulta para os inúmeros códigos de obras dos municípios brasileiros, que não as possuem. Em São Paulo, por exemplo, o código cita normas e itens que dependem de especificações a serem baixadas".

Considerando-se o papel das normas técnicas para criar uma linguagem de compatibilização entre os níveis de concepção, produção e uso na construção de habitação, o IAB — depois de reunir seus representantes na ABNT — enviou um primeiro documento respondendo ao pedido do BNH. "O BNH" — diz João Honório — "foi muito receptivo às ponderações, determinando estudo mais profundo das questões suscitadas."

Para o arquiteto, o conceito de habitação é fundamental, "entendido como a definição das exigências humanas, para depois examinarem-se os componentes da construção. O contrário não se deve fazer, ou seja, partir dos componentes para depois definir o todo".

O convênio de janeiro último prevê a criação de 160 normas, e para elas no enfoque proposto pelo IAB é fundamental:

1) definir o que se espera do produto acabado, quanto à habitabilidade e à economia; 2) definir os componentes em função do primeiro item; 3) definir o processo de concepção (projeto, através de desenho e texto); 4) definir, então, as normas de execução e fornecimento.

Conforme o documento enviado na ocasião pelo IAB, o primeiro passo seria — entendida a habitação também como um bem econômico que, diferenciado segundo variados fatores, é instrumento para a satisfação de determinada gama de necessidades — definir tais necessidades para o nosso meio. "A habitação-produto, ao ser utilizada, deve proporcionar satisfação às determinadas necessidades dos usuários, produzir determinado desempenho do pontos de vista dos níveis de conforto, funcionalidade, segurança, higiene e economia."

A proposta do IAB foi, portanto, definir em textos normativos os requisitos prévios do programa que a habitação deve proporcionar, como

itens de uma estrutura básica para a elaboração das demais — uma hierarquização, enfim: "saber-se em primeiro lugar o que se quer da habitação, para em seguida o que se quer de uma cobertura, antes de se estabelecer o que se espera de uma telha, por exemplo".

"Ao IAB" — afirma o documento — "causa certa apreensão um enfoque metodológico diverso, em que uma listagem de assuntos agrupados por afinidade ou similitude poderia comprometer a organicidade do conjunto dos textos normativos, onde não estão previstos itens relativos aos requisitos básicos de desempenho ou performance citados acima." Ou seja, distinguir as fases de concepção, execução e utilização, podendo-se manter até determinado ponto a listagem do convênio já firmado, mas remanejando-se os itens, conforme um critério de subordinação lógica.

Grupos de normas

Seguiram-se reuniões do IAB em nível de comissões de estudo, em São Paulo e no Rio, resultando um segundo documento, enviado no princípio de agosto, com detalhamento das propostas remetidas ao BNH no primeiro semestre. A partir do conceito de hierarquização, foram propostos quatro grupos de normas:

Normas técnicas — Grupo I — Básicas: unificação da linguagem; caracterização do produto final **prédio** através das exigências funcionais e econômicas que ele deve cumprir. Grupo II — Dos componentes e suas formas de união (juntas): caracterização das partes de acordo com as funções que elas cumprem no **prédio** e as possíveis formas de união no produto final (correlação de funções e otimização de produção industrial de partes e do processo produtivo). Sobre este item, o IAB ponderou que, "com vistas à elaboração do trabalho a curto prazo e considerando-se os textos já existentes, seriam necessárias aproximadamente mais trinta normas". Grupo III — Dos procedimentos: unificação dos critérios de execução das partes, tendo como fundamentação as exigências estabelecidas nas normas básicas (produto final), e dos componentes e suas formas de união.

9 em cada 10 estrelas de cinema são fotografadas por fotógrafos

(E você acha que elas são lindas)

Claro que milagre ninguém faz. Mas quem olha uma foto está vendo da maneira que o fotógrafo quer.

E quem olha uma foto de arquitetura está vendo arquitetura da maneira que o fotógrafo quer.

Você sabe disso, mas quando se trata de fotografar as suas obras você "quebra o galho" ou manda o seu desenhista ou o office-boy, ou o primo da sua mulher, aquele que ganhou uma câmara no Natal, fazer fotografias.

Faça como as estrelas do cinema, elas conhecem a diferença entre o anonimato e o sucesso. Entre um bom sabonete e um bom fotógrafo.

Contrate fotógrafos para as suas obras ou, se preferir, mande banhá-las com aquele famoso sabonete.

FOTOGRAFOS ASSOCIADOS

Rua Cel. Oscar Porto 845
São Paulo fone 71 1957

"A política de normalização deve reativar o potencial dos órgãos de pesquisas básicas no país": arquiteto João Honório, Coordenador Nacional do IAB no Convênio.

As **Normas legais** formariam o Grupo IV, a respeito dos serviços, ou seja, "estabelecimento das formas de prestação e contratação dos serviços necessários para materializar a obra. No caso do Grupo III, "seriam necessárias apenas uma revisão e atualização das normas existentes e a redação daquelas que são imprescindíveis para completar o esquema de normalização proposto". O número seria determinado por uma análise a curto prazo. O Grupo IV, embora não considerado matéria a ser discutida no âmbito da ABNT por não tratar de assunto estritamente técnico, pode ser remanejado, "dando-se prioridade àquelas normas que sejam de especial interesse para o BNH e para o meio técnico, levando-se em consideração determinados vazios da legislação vigente".

Nova frente

Para o IAB, a participação no convênio significa uma nova frente de luta profissional. "A entidade" — afirma João Honório — "não tinha tradição de atuação nessa área, o que estamos formando. As discussões tinham mais participação por parte de técnicos ligados às empresas." A proposta atual seria por uma prática de trabalho que descongestionasse e facilitasse o andamento das formulações: uma participação em pé de igualdade da indústria, do comércio e dos órgãos de classe profissional, com o governo e as universidades equilibrando as contribuições, para um consenso entre produtores e consumidores.

Outro ponto fundamental remete à redação dos textos-base, "obtidos (atualmente) pela ABNT mediante pedidos dirigidos às grandes empresas a título gracioso ou a profissionais que se disponham a colaborar, propiciando-se, assim, produto final que fica calcado em interesses diversos ou no amadorismo da tarefa". Propõe-se, portanto, o estabelecimento "por escrito dos critérios de escolha dos profissionais ou universidades a serem convidados para redação dos textos-base. Em segundo lugar, os profissionais escolhidos seriam obrigados a oferecer proposta referente a cada norma a ser redigida, contendo programação do conteúdo do trabalho, prazo de entrega e proposta de honorários".

A afirmação reforça a proposta do primeiro documento, onde se esclarece que 70% dos recursos do convênio — um total de três milhões de cruzeiros e prazo de execução de dois anos — servirão para a redação dos textos-base. A fixação desses critérios significa, também, "permitir acesso à fonte de trabalho assim aberta, além de favorecer o necessário know-how à ABNT". Outra modalidade fixada no convênio prevê o pagamento das normas por página redigida. O IAB acredita que "essa modalidade não permite controle do trabalho efetivamente realizado e seria válido sugerir que a remuneração

fosse feita em função de cálculo que considerasse um programa razoavelmente flexível e prefixado e também uma avaliação dos gastos com os especialistas a serem contratados através de uma pré-seleção".

Esta ponderação foi plenamente aceita pela diretoria do BNH.

As comissões

Criada em 1940 como entidade civil, a ABNT é um conglomerado dirigido por uma diretoria, um conselho de 23 membros com representação governamental, e ativado por meio de comitês que se reúnem na forma de comissões de estudo. Os sócios — divididos entre mantenedores, coletivos, entidades sem fins lucrativos e sócios individuais — têm direito a voto de forma proporcional à sua posição hierárquica, que corresponde, por sua vez, às taxas de contribuição. Os mantenedores, por exemplo, que pagam oito mil cruzeiros anuais, evidentemente têm maior peso decisório que os individuais, que contribuem com 120 cruzeiros anuais. Teoricamente, ao nível das comissões de estudo, produtores e consumidores estariam equilibrados, mas, na verdade, isto não acontece. São as grandes empresas que, em última instância, ditam as linhas globais das normalizações, em vista de seu interesse direto.

"O IAB" — diz o documento enviado em agosto — "é de opinião que somente possam ter assento nas comissões de estudo os representantes de cada classe e de cada grupo de indústrias. Assim, a indústria deveria estar sempre representada pelas suas associações ou sindicatos..." Com freqüência, "as indústrias se fazem representar diretamente, de modo que na proporção de suas forças, determinadas normas passam a representar, finalmente, apenas um texto de entendimento entre elas. Isso pode, sob determinadas condições, vir a representar a imposição da qualidade do produto ao consumidor". Uma objeção seria o fato de que as normas são submetidas à votação geral dos associados, mas na prática a abstenção é grande, aprovando-se por omissão as decisões tomadas internamente nas comissões de estudo.

Mais outra proposta do IAB, de importância básica tendo-se em vista a urgência e o caráter técnico-econômico que as normas para a construção de habitação estão assumindo no desenvolvimento do país, refere-se à criação de uma comissão técnica para gerir o convênio. "Sua função seria compatibilizar os princípios adotados em cada órgão de classe, por ocasião das reuniões das comissões de estudo específicas, além de propiciar orientação técnica de caráter global." Ela seria composta por representantes do BNH, da ABNT, um arquiteto e um engenheiro civil. Dada a complexidade do convênio, sugeriu-se a continuidade das atividades normativas dentro do convênio, para além de seu prazo.

Tecnologia estudos técnicos

Lembra, finalmente, o arquiteto João Honório as implicações tecnológicas do convênio. "Ministérios, como o da Indústria e Comércio, promovem a implantação de normas de nível internacional, como background necessário ao incremento exportador. O CONMETRO, Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, sob orientação executiva da Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC segue essa política de normalização tecnológica; o Ministério das Comunicações, a Petrobrás têm suas normas internas fixadas." Por sua vez, a construção civil, fora do mercado exportador, assume peso crescente no mercado interno brasileiro.

"O IAB" — afirma — "acha necessário formular a política de normalização para reativar e aproveitar todo o potencial das entidades que se ligam às investigações básicas no país, por um plano de prioridades a curto, médio e longo prazo. Os resultados dos estudos, caso já existissem, poupariam trabalho, e isso viria incentivar a atual luta pelas normas e a pesquisa nacional no setor."

Ao inter-relacionar a produção das normas técnicas com as investigações nos institutos superiores do país, o BNH "criaria uma tradição nesse setor e colocaria em vigência um sistema nacional de pesquisas básicas. O papel do organismo nesse setor é fundamental, pois, além de estar atuando como o único órgão estruturado do setor, automaticamente também é responsável pela qualidade e pela economia das habitações". Cita-se a íntegra do documento — extraído em discussões em nível de grupo de trabalho do IAB, do qual participam, também, os presidentes Miguel Pereira, do IAB Nacional, Eurico Prado Lopes, IAB/SP, e Luiz Paulo Fernandez Conde, do IAB/RJ —, que afirma que "a indústria da construção civil, em vista de sua importância econômica no país, não está devidamente assessorada por um sistema de investigação técnica que para as demais áreas de atividade econômica é compensada pela translação de tecnologia estrangeira própria de cada indústria, apesar de custosa. Isto se dá, também, pela necessidade de comercialização dos produtos em escala internacional, fato que somente ocorre com pequena parcela do produto da indústria dedicada à construção civil".

Com Paviflex você acelera a obra.

Paviflex reduz o cronograma de execução da obra pela velocidade de colocação.

Numa área livre podem ser aplicados até 100 m² todos os dias.

Em caso de reforma, não exige a remoção do piso existente, com exceção da madeira.

Aceita trânsito logo depois de aplicado.

Mantém a estabilidade dimensional mesmo sob forte calor, pois é o único que contém amianto.

Economiza em tempo e frete no transporte pela sua embalagem, tamanho (300 x 300 mm) e espessura (1,6 mm, 2 mm e 3 mm).

Não é inflamável.

Paviflex Fademac

É bonito e não dá trabalho.

Presidente do IAB analisa reunião de Porto Alegre

O Instituto de Arquitetos do Brasil realizou, no mês de julho passado, nos dias 24, 25 e 26, uma de suas mais importantes reuniões. De fato, a ordem do dia dessa reunião do Conselho Superior já começava a prometer lances polêmicos, desde Veneza, quando da Assembléia Internacional da UIA, ocasião em que o IAB viu solapada a sua candidatura à vice-presidência da UIA. A delegação oficial brasileira sofrera inúmeras dificuldades operacionais, agravadas por um certo isolamento involuntário em relação aos demais países latino-americanos.

Já em Madri, em pleno congresso — 5 a 10 de maio —, os contatos da delegação oficial com os arquitetos brasileiros e as reuniões paralelas das delegações latino-americanas, ainda mais, evidenciaram a necessidade de um debate amplo e profundo, relativamente à estrutura operacional e conceitual do IAB. Isso, pode-se dizer, foi o coroamento de um longo processo de dificuldades internas.

Foi, então, que surgiu o tema principal da reunião de Porto Alegre — Estrutura Operacional e Conceitual do IAB, ao qual foi dedicado um dia e meio de acirrados debates.

Difícil é dar-se numa matéria como esta todas as características dos principais lances das discussões. Mas é certo que se pode afirmar, quanto à dominância do debate ao nível conceitual e ideológico, que ele estabeleceu posições inabaláveis no tocante ao sentido e ao destino de nosso IAB, como entidade de classe, condicionada já a não fugir dos compromissos vividos e assumidos nos 54 anos de sua existência. No entanto, o debate, dada a eloqüência dos participantes, deteve-se e aprofundou-se no plano conceitual, não tendo condições de atingir o mesmo brilho no que respeita aos fatores operacionais da vida do IAB. Ao que parece, o próprio cansaço de perscrutar conceitos prejudicou a visão mais detida dos aspectos cotidianos de nossa entidade, alicerçados na necessidade de coordenação e contatos da Direção Nacional — em todos os escalões de nossa estrutura —, tendo em vista o amadurecimento do princípio federativo dessa atividade.

Mas o que é alentador é que o debate apenas começou. Já nos dias 16 e 17 de outubro próximo, em Brasília, a Direção Nacional e os presidentes de departamentos estarão reunidos para estudar e coordenar algumas medidas recomendadas pela reunião de Porto Alegre.

A primeira delas diz respeito à Resolução do Conselho Superior (já do conhecimento de todos, através do jornal **Arquiteto**). Com isso, consagra-se um dado novo, proveniente dessa reunião do Conselho Superior: as Reuniões de Presidentes, precendo as reuniões do Conselho. Já em Porto Alegre, esse procedimento provou sua eficiência e conveniência.

O estremecimento dos debates, alimentando a complexidade do primeiro tema da reunião, cedeu lugar ao curso normal dos trabalhos, quando se passou a tratar do II Simpósio Nacional sobre Política Urbana. Nesse sentido o IAB-GB, através da colega Adina Mera, apresentou relatório dos trabalhos de preparação do Simpósio, a realizar-se no Rio de Janeiro nos primeiros dias de novembro próximo.

O terceiro tema versou sobre o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos e a II Bienal de Arquitetura, sob a incumbência do IAB-SP. Os colegas Eurico Prado Lopes e Benno Perelmutter relataram as providências já em andamento. O IX Congresso deverá realizar-se no primeiro semestre de 1976. Por outro lado, as dificuldades que vêm sendo enfrentadas pela Fundação Bienal de São Paulo são de molde a sugerir uma II Bienal de Arquiteura para o segundo semestre de 76, ou mesmo 77, já que uma promoção simultânea com o IX Congresso transformaria o evento numa organização complexa e difícil.

De qualquer forma, evidenciou-se a necessidade de realização do II Simpósio Nacional sobre Política Urbana (ver **Arquiteto** 27), dando continuidade ao primeiro, realizado em Brasília em novembro de 74.

Se, por um lado, o Conselho Superior se tem caracterizado como uma tribuna aberta a todos os departamentos, é inegável, por outro, essa falta de contato com as bases de nossa organização por parte do conjunto dos associados e, principalmente, dos jovens arquitetos. Por isso, o congresso é necessário. Será mais um passo no exame da estrutura operacional e conceitual do IAB, ora iniciada.

Valem destaque, também, os relatórios apresentados pelos colegas João Ricardo Serran, João Honório e Jorge Moreira, respectivamente, sobre o BNH, a ABNT e a Semana do Arquiteto. (Os dois últimos já publicados por este jornal).

O colega Milton Pernambuco — representante do eng.º Inácio de Lima Ferreira, candidato à presidência do CONFEA em dezembro próximo — apresentou sua plataforma eleitoral à consideração do Conselho, de cujo debate poderia surgir o apoio do IAB a essa candidatura. Afinal, no decurso de longas ponderações, o nome do colega Eduardo Kneese de Mello foi escolhido como candidato dos arquitetos à presidência do CONFEA, compondo com o eng.º Inácio, na vice-presidência. Pela primeira vez o IAB coordenava e assumia posição no complexo processo eleitoral do CONFEA.

No plano administrativo, ratificou-se a substituição do colega Márcio Villas Boas pelo colega Amílcar Chaves, na secretaria geral; e do colega Luís Fisberg pelo colega Paulo Castilho, na tesouraria. Márcio cumprirá curso de pós-graduação no exterior e Fisberg fixou residência em São Paulo.

Vale registrar, ainda, o desaparecimento de um departamento, o do Estado do Rio de Janeiro (IAB-RJ), que, pela fusão Guanabara-Estado do Rio, transformou-se em núcleo regional, com sede em Niterói. O departamento do novo Estado do Rio de Janeiro terá sede na cidade do mesmo nome.

Por outro lado, surgiu o Departamento de Mato Grosso, com sede em Campo Grande. A Seção de Cuiabá passou à categoria de núcleo regional.

A excelente organização da reunião, o nível e a natureza dos debates, mais uma vez, nos fazem crer na importância e na vitalidade do Conselho Superior. Vitalidade essa que deverá ganhar continuidade e cotidianeidade, contaminando os departamentos e revitalizando, por conseseqüência, a própria estrutura nacional do IAB. **(Arq. Miguel Alves Pereira.)**

"O ESPAÇO URBANO DA POPULAÇÃO MARGINAL"
Arq. José Cláudio Gomes

"SOBRE O ESPAÇO URBANO"
"SOBRE A FORMAÇÃO DO ARQUITETO"
Prof. Edgar A. Graeff

"A DIRETORIA DE ARQUITETURA E URBANISMO (D.A.U) — OLHADA DE UM PONTO DE VISTA ATUAL"
Eng.º Joaquim Cardoso

Esses temas estão no
CADERNO DE ARQUITETURA — 6
publicado pelo IAB — DF

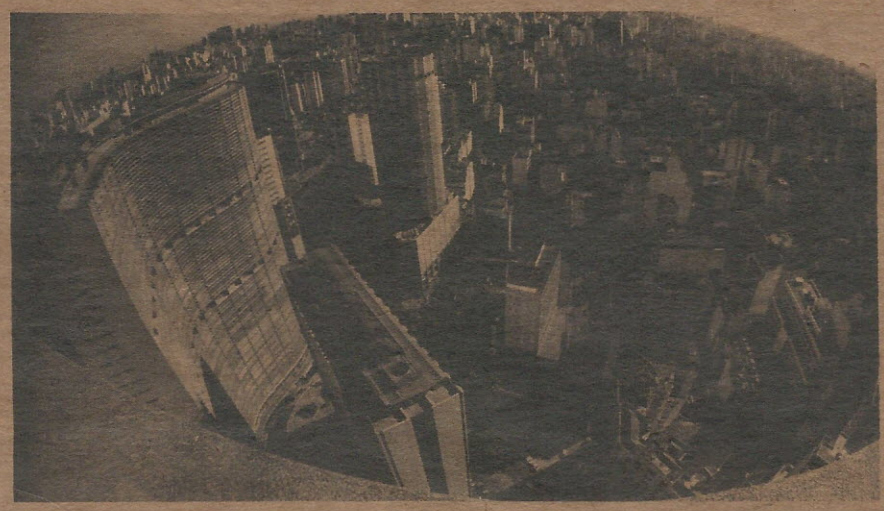
Pedidos pelo reembolso postal ou anexar cheque nominal no valor de Cr$ 30,00 para SCHEMA EDITORA LTDA. — rua Frei Caneca, 322 — térreo — 01307 — São Paulo.

A visão do social pela ótica das fechaduras

Concentrar todos os males da atual sociedade no âmbito restrito da arquitetura é ver, pelo menos, as coisas de forma míope. Em visita ao Brasil, o cientista francês A. Koblentz acredita que "a arquitetura é a origem de todos os acidentes modernos". Por quê? "A formação dos arquitetos, hoje, é totalmente defasada da realidade e principalmente da vida do mundo infantil."
Em resposta, o arquiteto Miguel Pereira, pela Direção Nacional do IAB, acredita que ver as coisas assim significa "escamotear as razões profundas do estado das forças sociais, ao localizá-las na superfície, na configuração física de uma atividade profissional: a arquitetura. Os arquitetos não detêm, como classe, qualquer nível de decisão político-administrativa e não exercem qualquer tipo de engenharia social, capaz de mudar as regras do jogo através de um simples ato de boa vontade".
Dos arquitetos não dependem — continua a nota do IAB Nacional — "os desmandos econômicos, a especulação imobiliária nem a má qualidade da vida urbana. Será que o nosso ilustre visitante não sabe que a qualidade do ensino constitui um reflexo, uma conseqüência, da interação dos fatores sócio-econômicos, em qualquer sociedade conhecida?".

Papel da engenharia nacional no setor petroquímico

Para avaliar o papel da engenharia nacional no processo de implantação das indústrias de petróleo e petroquímica, será realizado no Rio nos dias 1 a 3 de outubro próximo o I Encontro sobre Engenharia para as Indústrias de Petróleo e Petroquímica.
Promovido pelo IBP — Instituto Brasileiro de Petróleo, o encontro deverá, também, "proceder a um retrospecto crítico de seu desempenho e à avaliação das possíveis linhas estratégicas a serem desenvolvidas, visando a ampliar e a aprimorar a participação da engenharia brasileira no processo industrial do setor", conforme Aluízio Pestana Costa, presidente da comissão executiva. Os temas principais serão estes: participação das firmas de engenharia na implantação da indústria de petróleo e petroquímica; relacionamento entre as firmas de engenharia e as indústrias; absorção e criação de tecnologia; as firmas de engenharia e os recursos humanos; situação atual e perspectivas da engenharia para as indústrias de petróleo e petroquímica no Brasil.
O IBP vai promover, também, o I Congresso Brasileiro de Petroquímica. Será no Rio de Janeiro, de 8 a 12 de novembro de 1976.



Um ciclo sobre a arquitetura brasileira

"Estética e Estilo da Arquitetura Brasileira". Este é o tema do ciclo de conferências marcado para outubro pelo Centro de Estudos Superiores Mário Barata, da Guanabara. O órgão faz parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e secretaria, na área da América Latina, as atividades da Association Internationale des Critiques d'Art.
Participa da promoção a Aliança Francesa do Rio, que emprestará seu auditório do Botafogo. Os temas: Início do Barroco; do Barroco ao Rococó; Neoclássico (século XIX) e Modernismo (século XX). Inscrições à Maison de France, 3.º, av. Presidente Antônio Carlos, 58 — fone 222-9041, Rio. Os participantes receberão certificado.

Novos representantes no CREA

O Departamento de São Paulo do IAB e o Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo indicaram, em assembléias gerais, seus novos representantes no CREA/6.ª Região. Os novos conselheiros são Ruy Gama e Maria Helena Flynn, pelo IAB, e Lúcio Gomes Machado e Paulo Lúcio de Brito, pelo Sindicato.

Diretrizes da CNPU para as regiões metropolitanas

A "Implantação do Sistema de Planejamento e Coordenação das Regiões Metropolitanas" é o tema da Deliberação 1/75 baixada pela CNPU — Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, propondo "diretrizes de ação para os organismos metropolitanos, em sua política de implantação dos sistemas metropolitanos de planejamento, coordenação e prestação de serviços".
O documento legal escalona as prioridades para a implantação de serviços comuns de interesse metropolitano. Entre elas, a elaboração de "um Plano de Ação Integrado para o Desenvolvimento Econômico e Social, ou pelo menos das diretrizes básicas, definidas a curto prazo a partir da aprovação da presente resolução".
O Plano Diretor Metropolitano de Desenvolvimento Integrado Econômico e Social deverá "dedicar atenção especial ao problema de definição e controle do uso do solo metropolitano". É concedida, também, prioridade ao transporte coletivo de massa e ao sistema viário metropolitano, na execução da política urbana. O abastecimento de água e as redes de esgoto serão itens prioritários na área do saneamento básico. A deliberação estabelece, ainda, que a CNPU está aberta para "atuar em conjunto com as regiões metropolitanas, promovendo seminários e reuniões, onde poderão ser analisados e discutidos os parâmetros e as escalas adequados para identificação do nível metropolitano. No cumprimento dessas diretrizes e na execução dos estudos delas decorrentes, as regiões metropolitanas poderão contar com a colaboração técnica — direta ou indireta — e financeira da CNPU".
A íntegra da Deliberação 1/75 poderá ser obtida junto ao secretário executivo da CNPU, Jorge Guilherme Francisconi, no IPEA — Ministério do Planejamento.

Conheça as vantagens do trilho eletrificado Hansgolite

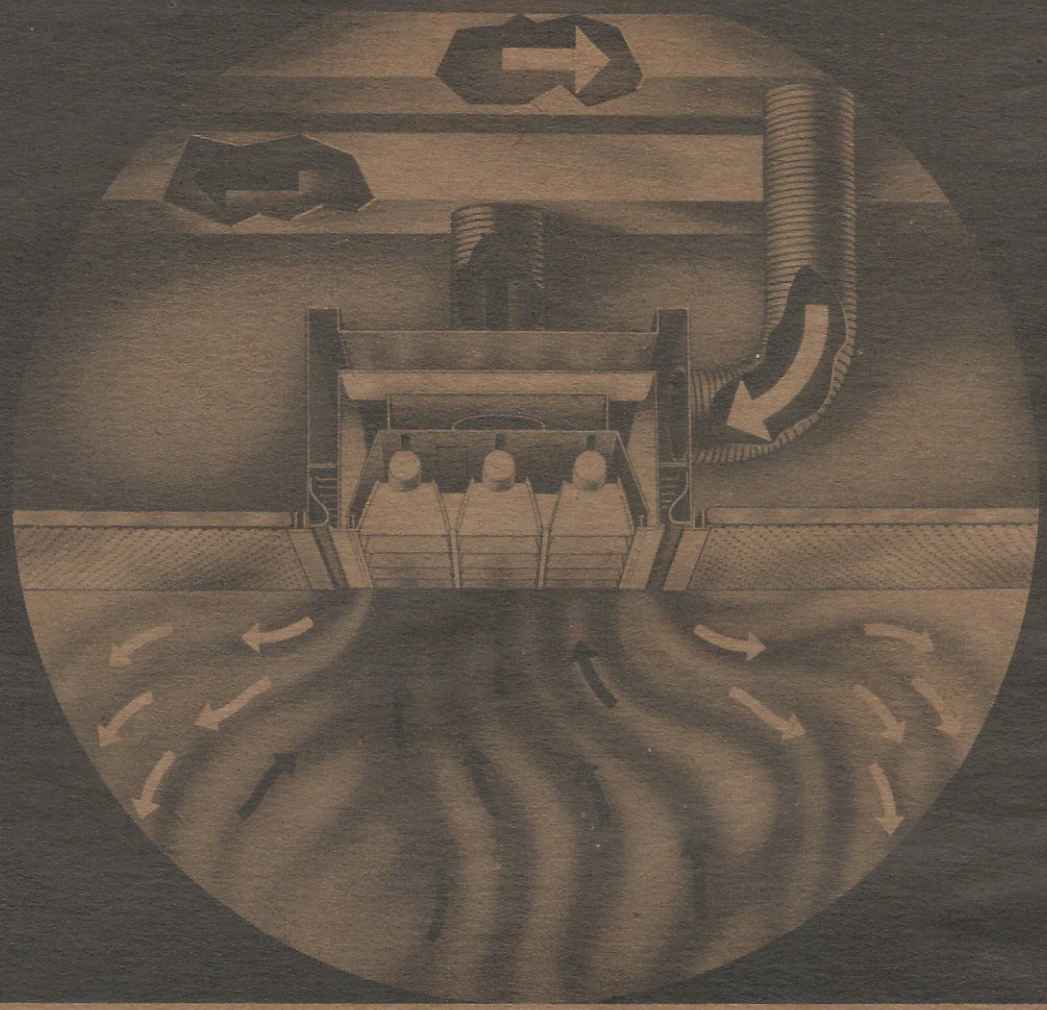
- Instalação rápida.
- Dispensa pontos de luz individuais.
- Flexibilidade total na disposição das luminárias.
- Entrega imediata.

LUMINARIAS DE MODELO EXCLUSIVO, PROVIDAS DE CONECTOR INSTANTANEO PARA ENCAIXE NO TRILHO HANSGOLITE

decobrás s.a.
decorações indústria e comércio

Peça catálogos ou a visita de um representante técnico

rua sto.antonio 831 tels.256-4705 - 256-4729 são paulo



SISTEMA INTEGRADO LUZ-AR, CONTRIBUIÇÃO PHILIPS PARA A ATUALIZAÇÃO DA ARQUITETURA AMBIENTAL.

A busca de novas técnicas construtivas (preocupação contínua de arquitetos e engenheiros), levou a Philips a desenvolver um sistema de iluminação conectado ao equipamento condicionador de ar. Com este objetivo: elevar os padrões de conforto e melhorar as condições de estar em ambientes internos de trabalho nos escritórios.

O sistema integrado luz-ar Philips se compõe basicamente de: luminárias TBN (com rasgos na parte superior, para a exaustão do ar ambiente); unidade coletora para o ar exaurido via tubulação e unidades insufladoras laterais embutidas na moldura.

As vantagens do sistema integrado luz-ar Philips são inúmeras:

Para a iluminação:

- Maiores níveis de iluminação, pois o ar em exaustão propicia temperaturas favoráveis à obtenção de um maior fluxo luminoso das lâmpadas;
- Maior conforto visual.

Para o ar condicionado:

- Menor carga térmica para o equipamento;
- Menor radiação térmica das luminárias;
- Menor número de trocas de ar;
- Excelente padrão de insuflação.

Para a acústica:

- Maior área livre para instalação de painéis acústicos e térmicos;
- Baixo nível de ruido na insuflação do ar no ambiente.

Para a estética:

- Eficiente distribuição e aproveitamento do forro;
- Maior beleza do teto.

Para a economia:

- Menores custos na iluminação, no condicionamento do ar, na acústica, na instalação e na manutenção.

Flexibilidade total

Para consultas e maiores informações, dirija-se ao Grupo Comercial Iluminação da S.A. Philips do Brasil, à av. Paulista, 2.163 - 16.º andar, São Paulo. Técnicos e engenheiros especializados estão às suas ordens para estudos preliminares, projetos e implantação dos sistemas integrados luz-ar.

PHILIPS